SEGURANÇA PODE ASSUMIR FISCALIZAÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS EM HORTOLÂNDIA

Prefeito Zezé Gomes quer retirar do setor de Mobilidade Urbana a fiscalização do contrato de remoção e guarda de veículos e colocar a Segurança Pública à frente do serviço, dando mais poderes para a Guarda Municipal PÁG. 08

DOMINGO

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R$ 5,00

Tribuna Liberal

01 de Novembro de 2026
Nº 9.898
35 anos

◆ SUMARÉ (CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO) ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

Nova Odessa tem 20 pessoas sob alto risco para alagamentos, aponta estudo

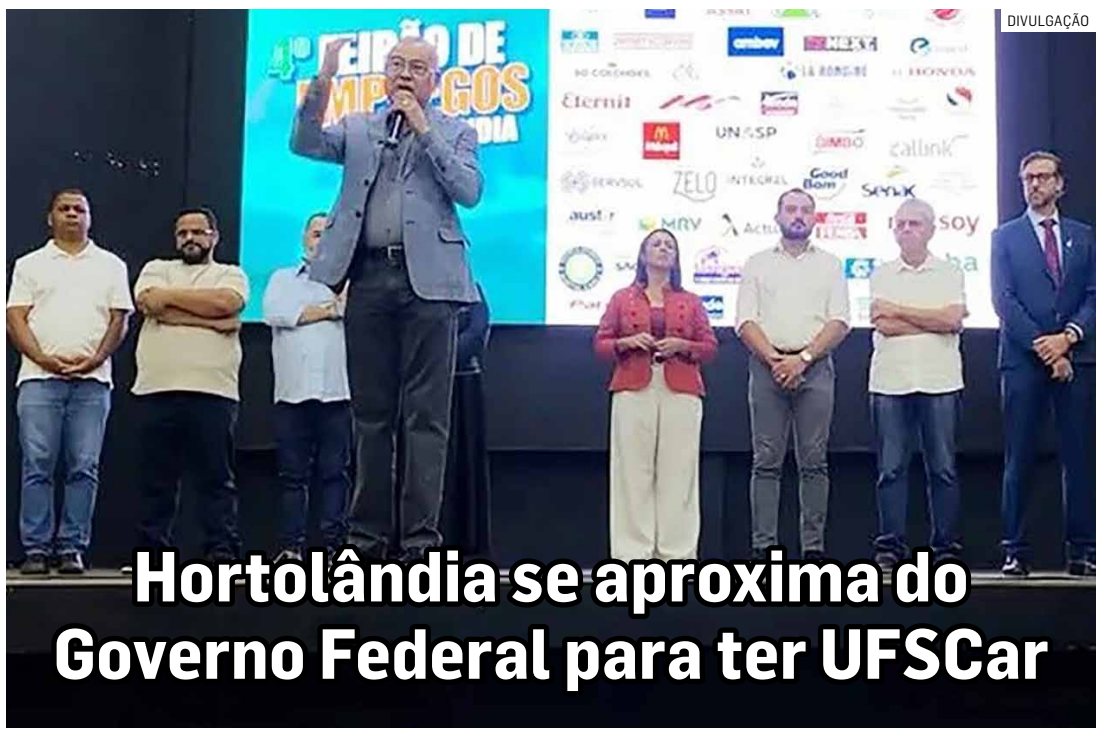
Levantamento do Serviço Geológico do Brasil revela que imóveis próximos ao Córrego Palmital estão em área de alto risco de inundação, onde famílias convivem há pelo menos 12 anos com alagamentos, perdas materiais e a necessidade de deixar suas casas durante temporais PÁG. 07

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Nova Odessa precisa de recursos para fazer obras de infraestrutura contra enchentes

UNIVERSIDADE PÚBLICA



DIVULGAÇÃO

Hortolândia se aproxima do Governo Federal para ter UFSCar

Hortolândia irá fortalecer a formação superior para o público jovem. A Prefeitura retoma a discussão com o Ministério da Educação para implantar o campus da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), no próximo ano. O anúncio foi feito nesta semana, no 4º Feirão de Empregos, realizado na Câmara Municipal. Para entreter o público, o evento teve ainda apresentação do Madeira Brasil, um dos grupos do CEM Maestro Ronaldo Dias de Almeida. PÁGINA 05

ECONOMIA LOCAL



DIVULGAÇÃO

Empresas sob liderança feminina aumentam 32,1% em Monte Mor

A abertura de negócios vinculados a mulheres cresceu 32,1% em Monte Mor nos primeiros nove meses de 2026, superando o ritmo de expansão registrado entre os homens no município. Dados da Receita Federal mostram que, entre janeiro e setembro, foram contabilizados 745 novos registros empresariais ligados a mulheres, contra 564 no mesmo período do ano passado. O aumento de 181 registros revela o avanço da participação feminina na economia da cidade. PÁGINA 09

EM 2027

Instituto Federal caminha para definir cursos em campus de Sumaré

PÁGINA 03

COMUNICADO

Em virtude do feriado de **Finados**, não haverá circulação nesta terça-feira, dia 03/11. A circulação volta ao normal na quarta-feira, dia 04/11.

CHARGE



PODER EXECUTIVO

Paulínia cria nota para aprovar servidores em avaliações futuras PÁGINA 04



OPINIÃO

tribunaliberal.com.br
jornaltribunaliberaldesumare

EXPEDIENTE

Diretor Executivo: **Ney Soares**
Edição: **Paulo Medina**
Reportagens: **Paulo Medina**, **Cézar Oliveira** e **Beth Soares**
Design Gráfico e Arte: **Fábio Leite**
Departamento Jurídico: **Paulo Roberto Pires de Lima** (OAB/SP 114.102)

Publicado pela empresa jornalística KLM Jornais e Revistas Ltda - CNPJ 08.767.796/0001-14
Em São Paulo (Sucursal): Fone (11) 4133-0154
sucursal@sucursal.com.br
Veccon Prime Center: Estrada Municipal Teodor Condiev, 970 - Salas 1403 e 1404 - Jardim Res. Veccon - Sumaré/SP
Cep 13.171-105 - Fones (19) 3903-5020 | 3367-9220

(FUNDADO EM 08 DE JUNHO DE 1991)

Clima Região

Sol com muitas nuvens.
Pancadas de chuva
à tarde e à noite.

TEMPERATURA
Mínima 18º • Máxima 26º

Loterias

MEGA-SENA
Concurso 3078
5ª feira, 29 de Outubro de 2026
05 07 12 29 34 36

LOTOFÁCIL
Concurso 3817
5ª feira, 29 de Outubro de 2026
02 06 08 10 11
12 13 15 16 18
19 22 23 24 25

QUINA
Concurso 7155
5ª feira, 29 de Outubro de 2026
14 29 33 53 72

LOTOMANIA
Concurso 2993
4ª feira, 28 de Outubro de 2026
00 04 09 15 16
21 26 40 46 53
60 71 72 76 82
86 87 93 96 98

DUPLA SENA
Concurso 3026
4ª feira, 28 de Outubro de 2026
1º SORTEIO
05 22 30 31 42 49
2º SORTEIO
35 38 39 43 47 49

Telefones úteis

SUMARÉ
BRK Ambiental.....0800 771-0001
Bombeiros.....193
Delegacia de Polícia.....3873-1518
UPA Macarenko.....3903-1455
Prefeitura Municipal.....3399-5100
Seminário.....3399-5700
Câmara Municipal.....3883-8810
Fórum.....3873-2811
Delegacia da Mulher.....3873-3493
Ciretran.....3883-7100
Guarda Municipal.....3873-2656
Polícia Militar.....190 / 3873-1918
Conselho Tutelar.....3828-7893
Procon.....3399-5031
Hospital Regional.....3828-4727
Rodoviária.....3873-2026
Cartório de Registro Civil.....3828-1739
Iluminação Pública.....0800-779 2000

HORTOLÂNDIA
Sabesp.....3865-1091
Bombeiros.....193 / 3236-3733
Delegacia de Polícia.....3865-2517
Prefeitura Municipal.....3965-1400
Câmara Municipal.....3897-9900
Ciretran.....3897-6022
Guarda Municipal.....3809-8000
Polícia Militar.....190 / 3897-6033
1º Distrito Policial.....3887-1701
2º Distrito Policial.....3909-9003
Conselho Tutelar.....3865-3287
Procon.....3809-2289
Defesa Civil.....3897-9852
Maternidade.....3809-5100
Emergência.....192 / 3897-5944
Zoonozes (CCZ).....3897-5974

Uma medalha, uma trajetória e a memória de José Antônio Bacchim

Luiz Carlos Luciano é Economista da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico de Sumaré-SP, Contador, Professor de Matemática e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Campinas



No último dia 29 de outubro de 2026, tive a honra de receber a Medalha "Prefeito Professor José Antônio Bacchim", concedida pela Câmara Municipal de Sumaré a servidores públicos que tenham prestado relevantes serviços à Administração Pública. Receber essa homenagem foi motivo de enorme orgulho e, sobretudo, de gratidão. Para mim, ela representa muito mais do que uma condecoração. Representa o reconhecimento de uma trajetória construída ao longo de décadas de trabalho, estudo, compromisso com o serviço público e dedicação à cidade de Sumaré.

Minha vida profissional passou pela iniciativa privada, pela Contabilidade, pela docência, pela Economia e pela gestão pública. Sou Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC-Campinas, pós-graduado em Contabilidade Gerencial e Controladoria, licenciado em Matemática e especialista em Gestão Estratégica Pública para Governantes pela UNICAMP. Considerando minha atuação nas esferas estadual e municipal, são mais de 29 anos de serviço público, sendo mais de 23 deles dedicados à Prefeitura Municipal de Sumaré.

Por isso, receber uma medalha que leva o nome do Professor José Antônio Bacchim teve para mim um significado particularmente especial. Nossa história começou muito antes de exercermos funções públicas lado a lado. Conheci Bacchim ainda na década de 1970, mais precisamente por volta de 1978, quando ele, ainda muito jovem, chegou ao Seminário dos Franciscanos, então localizado no distrito de Nova Veneza. Anos depois, militamos juntos desde o período de fundação e organização do Partido dos Trabalhadores em Sumaré, acompanhando também as profundas transformações políticas e sociais vividas pelo país naquela época.

Sua trajetória política institucional começou quando foi eleito vereador em 1988, exercendo mandato entre 1989 e 1992. Foi reeleito em 1992 para o período de 1993 a 1996. Posteriormente, foi eleito vice-prefeito, função que exerceu por dois mandatos, entre 1997 e 2004. Em seguida, foi eleito prefeito de Sumaré, governando o município por dois mandatos consecutivos, de 2005 a 2012.

Foi justamente durante seus dois mandatos como prefeito que vivi uma das experiências profissionais mais intensas e importantes da minha vida. Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2012, tive a honra e a responsabilidade de exercer o cargo de Secretário Municipal de Finanças e Orçamento de Sumaré.

Quando assumimos a Administração Municipal, em janeiro de 2005, encontramos uma situação financeira extremamente difícil. O relatório de prestação de contas da Secretaria de Finanças registra dívidas municipais estimadas em aproximadamente R$ 220 milhões, envolvendo precatórios, obrigações trabalhistas em atraso e parcelamentos não honrados. Em 1º de janeiro daquele ano havia somente R$ 1,388 milhão em caixa, enquanto permaneciam pendentes a folha salarial de dezembro de 2004 e o 13º salário, que juntos somavam aproximadamente R$ 12,2 milhões.

Diante daquele cenário, implantamos acompanhamento diário do fluxo de caixa, estabelecemos prioridades de pagamento, negociamos dívidas, buscamos recuperar receitas e iniciamos um amplo processo de reorganização administrativa, física e tecnológica da Secretaria. Um compromisso que considero especialmente importante foi cumprido durante todo o período de 2005 a 2012: os salários dos servidores municipais foram pagos rigorosamente até o quinto dia útil.

Os números ajudam a dimensionar o processo de recuperação. A Receita Corrente Líquida, que era de aproximadamente R$ 143,3 milhões em 2004, alcançou cerca de R$ 468,9 milhões em 2012, representando um crescimento nominal de aproximadamente 227,2% no período. Esse avanço foi muito superior à inflação acumulada medida pelo IPCA entre 2005 e 2012, de aproximadamente 50,2%, evidenciando que a expansão da receita municipal não decorreu apenas da correção inflacionária, mas também de um crescimento real expressivo da capacidade de arrecadação do Município. No mesmo período, a dívida consolidada, que representava 120,65% da Receita Corrente Líquida em 2004, foi reduzida para 30,81% em 2012, demonstrando uma melhora significativa da relação entre endividamento e capacidade financeira do Município.

Mas aquela gestão não se resumiu ao saneamento das contas públicas. Houve também forte modernização administrativa e tributária. Foram implantados projetos como a Central de Atendimento ao Contribuinte (CEAC), a CACISS, o ISS Eletrônico, a Central de Execução e Agilização Fiscal (CEAF), a DECA Eletrônica, mecanismos de acompanhamento da DIPAM, sistemas de cobrança administrativa e o Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP).

O relatório daquele período demonstra, por exemplo, que a criação da CEAF reduziu procedimentos de execução fiscal que chegavam a levar aproximadamente seis meses para cerca de três dias, com capacidade para preparar aproximadamente 400 processos diariamente na época. No mesmo período, a inadimplência municipal, estimada em cerca de 60% no início da gestão, caiu para aproximadamente 35%.

Esses resultados não foram obra de uma única pessoa. Foram construídos pelo trabalho de equipes técnicas, servidores, gestores e lideranças políticas. E Bacchim tinha uma característica fundamental: sabia cobrar resultados, mas também sabia reunir pessoas em torno de objetivos comuns.

Guardo uma lembrança muito clara de sua personalidade. Bacchim era um homem extremamente inteligente, trabalhador e disciplinado. Se uma reunião estivesse marcada para as oito horas da manhã, às quinze para as oito ele provavelmente já estaria presente. Secretário que chegasse atrasado certamente ouviria uma advertência. Essa disciplina não era apenas um hábito pessoal; refletia a seriedade com que encarava a função pública.

Era também um político habilidoso, agregador e com grande capacidade de diálogo. Para mim, foi uma daquelas lideranças raras que deixam marcas profundas na história de uma cidade. Eu o admirava como administrador, como liderança política e como pessoa com quem compartilhei momentos decisivos da minha própria trajetória no serviço público.

José Antônio Bacchim faleceu em 10 de março de 2026, aos 67 anos. Posteriormente, a Câmara Municipal decidiu perpetuar sua memória por meio de uma homenagem que, ao mesmo tempo, reconhece aqueles que dedicam suas vidas ao serviço público.

A Medalha "Prefeito Professor José Antônio Bacchim" foi instituída pelo Decreto Legislativo nº 610/2026, originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2026, apresentado pelos vereadores da Câmara Municipal de Sumaré. A honraria foi criada para reconhecer servidores da administração pública direta e indireta que tenham contribuído significativamente para a melhoria dos serviços prestados à população.

Por isso, a solenidade do dia 29 de outubro teve para mim uma dimensão que ultrapassou o reconhecimento profissional. Ao receber a medalha, voltei os olhos para toda essa caminhada. Lembrei do jovem que escolheu estudar Contabilidade, depois Economia, Matemática e Gestão Pública. Lembrei do professor, do economista, do secretário municipal, dos desafios enfrentados na Secretaria de Finanças e das equipes com quem tive o privilégio de trabalhar.

Hoje continuo minha trajetória como Economista Municipal, desenvolvendo estudos, análises e relatórios técnicos sobre emprego, desemprego, Produto Interno Bruto, abertura de empresas, empreendedorismo, Banco do Povo, PAT, SEBRAE Aqui, comércio exterior e outros indicadores que auxiliam no planejamento e na formulação de políticas públicas para Sumaré.

Mas, naquele momento da homenagem, lembrei sobretudo do Professor Bacchim. Receber uma medalha que leva o nome de alguém com quem convivi, militei politicamente e trabalhei durante oito anos na condução da Administração Municipal tornou a homenagem ainda mais emocionante.

A vida pública é feita de desafios, acertos, erros, divergências, dificuldades e enormes responsabilidades. Mas, acima de tudo, deve ser feita de compromisso com a coletividade. Recebi, portanto, a Medalha Prefeito Professor José Antônio Bacchim não apenas como uma homenagem pessoal, mas como um reconhecimento à minha trajetória no serviço público e também a todos os servidores com quem caminhei ao longo desses anos.

Depois de tantas décadas dedicadas ao trabalho e à cidade onde construí minha vida, esse reconhecimento representa para mim orgulho, memória e gratidão. Gratidão a Sumaré. Gratidão aos servidores públicos que fizeram e fazem parte dessa caminhada. E gratidão ao Professor José Antônio Bacchim, pela história que ajudou a construir e pelo legado que permanecerá na memória de nossa cidade.

Vitória de Lula abre caminho para fortalecer ciência, tecnologia e democracia no Brasil

Glauco Arbix é Professor Titular da USP, coordenador do Observatório da Inovação do IEA-USP. Ex-presidente da FINEP e do IPEA | **Jornal da USP**

A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições representa uma oportunidade de renovar a esperança, mas ressalta que o resultado, por si só, não resolve os problemas do País. Em um cenário de polarização política e de um Congresso mais conservador, o Brasil precisa transformar as expectativas em ações concretas, com prioridade para a educação, a ciência, a tecnologia e a saúde pública.

O professor destaca a necessidade de ampliar os investimentos em pesquisa, modernizar laboratórios, valorizar jovens cientistas e evitar a fuga de cérebros. Também defende o desenvolvimento de inteligência artificial com autonomia tecnológica, além da regulamentação das plataformas digitais para combater crimes cibernéticos e a desinformação.

Na área ambiental, ele aponta a importância de combater o desmatamento, proteger a Amazônia, incentivar energias limpas e promover a sustentabilidade. Para isso, considera fundamental fortalecer a cooperação internacional e ampliar a participação das universidades na produção de conhecimento e inovação.

Por fim, Glauco Arbix afirma que o Brasil precisa estabelecer prioridades estratégicas, reduzir a burocracia e criar condições para que pesquisadores permaneçam no País. Segundo ele, a soberania nacional depende da produção de conhecimento próprio, enquanto a democracia exige uma população capaz de compreender a realidade em que vive.



Hortolândia faz conversas com União para ter UFSCar em 2027
LEIA MAIS NA PÁGINA 05

Instituto Federal avança na definição dos cursos para o campus de Sumaré

Segunda audiência pública será realizada em 5 de novembro, na Câmara Municipal, para apresentar análise das sugestões da população; unidade recebeu investimento de R$ 40,31 milhões e tem previsão de funcionar em sede própria em 2027

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) realizará, no dia 5 de novembro, a segunda audiência pública sobre a implantação de seu campus em Sumaré. O encontro representa mais uma etapa para a definição dos cursos que poderão ser oferecidos na cidade e terá como principal assunto a apresentação dos resultados da consulta realizada com a população no início de outubro. A reunião acontecerá das 19h30 às 21h, na Câmara Municipal, com participação aberta à comunidade. A convocação foi publicada no Diário Oficial do Município.

Desta vez, a instituição apresentará a análise dos dados e das contribuições recebidas durante a primeira audiência pública, realizada em 8 de outubro. Na ocasião, moradores, estudantes, professores, trabalhadores e representantes de diferentes setores puderam apresentar sugestões sobre as áreas de formação consideradas prioritárias para Sumaré. O material coletado servirá de base para o planejamento das atividades acadêmicas da futura unidade federal.

A discussão sobre os cursos ocorre em um momento decisivo para a implantação do instituto. Conforme noticiado pelo **Tribuna Liberal**, o IFSP formalizou, em 25 de setembro, a compra de um imóvel no bairro Planalto do Sol, que abrigava anteriormente uma unidade da Schneider Electric. O investimento foi de R$ 40,31 milhões, destinado à aquisição de uma estrutura com 10.791,11 metros quadrados de área construída, em um terreno de 20.369,48 metros quadrados.



Com compra do imóvel concluída, planejamento dos cursos será debatido no Legislativo de Sumaré

Localizado na Avenida da Saudade, 1.125, o prédio deverá passar por reformas e adaptações para receber salas de aula, laboratórios, ambientes administrativos e outros espaços necessários ao funcionamento da instituição. A previsão divulgada pelo IFSP é que a sede própria esteja pronta para iniciar suas atividades no segundo semestre de 2027.

A aquisição do imóvel também colocou Sumaré na agenda do Ministério da Educação. No início de outubro, o **Tribuna Liberal** noticiou a visita programada do ministro Leonardo Barchini à área escolhida para instalação definitiva do campus. O investimento faz parte da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

CURSOS EM DISCUSSÃO

A definição dos cursos é uma das etapas mais importantes do processo, já que a proposta é oferecer formação compatível com as necessidades educacionais e econômicas do município e da região. Na primeira audiência, o IFSP apresentou à comunidade as possibilidades de atuação da instituição e abriu espaço para ouvir demandas relacionadas à qualificação profissional.

Durante aquele encontro, a diretora-geral do Campus Sumaré, Sharon Rigazzo Flores, destacou a perspectiva de ampliação das oportunidades de ensino, incluindo cursos técnicos integrados ao ensino médio, graduação e pós-graduação. Os eixos tecnológicos e os cursos regulares ainda dependem das etapas de análise e planejamento.

Embora a sede definitiva ainda não esteja em funcionamento, o Instituto Federal já mantém atividades gratuitas em Sumaré desde 2025. As primeiras turmas foram organizadas em espaços cedidos por parceiros, com cursos de Formação Inicial e Continuada voltados à capacitação profissional.

Entre as atividades desenvolvidas estão Auxiliar de Almoxarifado, Inglês Básico, Inclusão Digital para a Terceira Idade, Matemática para o Enem, Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, Metodologia da Pesquisa e Orientação de Projetos de Iniciação Científica, além de Jogos Dramáticos. A instituição também realiza ações de qualificação em parceria com empresas e outras entidades.

Em agosto, o **Tribuna Liberal** já havia informado que representantes da Prefeitura e do IFSP discutiam a possibilidade de ampliar a oferta de cursos em 2027, inclusive antes da conclusão das obras de adaptação da sede definitiva. As tratativas envolveram a Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico e a direção do futuro campus.



Curiosidades sobre o Direito

Johnny William Bradley

é advogado especialista em responsabilidade patrimonial e execução judicial

E mail: johnny.bradley@hotmail.com
End.: Av. Luís Frutuoso, nº 340, Vila Santana, Sumaré/SP

Reforma Tributária: contribuição sobre bens e serviços (CBS) de 11,3% em 2027 poderá aumentar custos e exige atenção das empresas

Nova contribuição federal substituirá o PIS e a Cofins, trazendo mudanças na carga tributária, nos contratos e na formação dos preços de produtos e serviços

A partir de janeiro de 2027, as empresas brasileiras enfrentarão uma importante mudança na legislação tributária com a entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criada pela reforma tributária aprovada durante o governo Lula. O novo tributo substituirá o PIS e a Cofins e modificará a forma de tributação sobre o consumo no país.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, em outubro de 2026, o cálculo de uma alíquota de referência de aproximadamente 11,3% para a CBS, percentual que ainda dependerá de fixação pelo Senado Federal. Atualmente, as alíquotas gerais do PIS e da Cofins somam 9,25% no regime não cumulativo e 3,65% no regime cumulativo.

Entretanto, a comparação entre esses percentuais não significa necessariamente aumento de impostos para todas as empresas. A CBS permitirá o aproveitamento de créditos tributários sobre determinadas aquisições, reduzindo o valor efetivamente recolhido. O impacto dependerá da atividade econômica, da estrutura de custos e do regime tributário adotado.

O setor de prestação de serviços merece atenção especial. Empresas que possuem despesas elevadas com mão de obra e poucos custos capazes de gerar créditos tributários poderão enfrentar aumento da carga efetiva. Já determinados profissionais regulamentados, como advogados, engenheiros e contabilistas, terão direito à redução de 30% das alíquotas, desde que preenchidos os requisitos legais.

Para pequenas e médias empresas, a mudança também exigirá planejamento. Será necessário revisar contratos, atualizar sistemas de emissão de notas fiscais, adaptar procedimentos contábeis e avaliar possíveis reflexos sobre os preços praticados. As empresas optantes pelo Simples Nacional continuarão sujeitas a regras diferenciadas, mas deverão analisar as novas possibilidades de apuração e aproveitamento de créditos.

Outro ponto relevante envolve o repasse dos custos tributários. Empresas que sofrerem aumento da tributação poderão precisar rever suas margens de lucro e preços de venda, o que poderá refletir no consumidor final e na competitividade do mercado.

Sob o aspecto jurídico, a implementação da CBS também poderá gerar discussões sobre aproveitamento de créditos, interpretação das novas regras e revisão de contratos empresariais. Por isso, o planejamento tributário preventivo será fundamental para evitar recolhimentos indevidos, autuações fiscais e prejuízos financeiros.

A reforma pretende simplificar o sistema tributário brasileiro, mas seus resultados dependerão da aplicação prática da legislação. Para o empresário, a principal preocupação não deve ser apenas a nova alíquota, mas quanto sua empresa efetivamente pagará a partir de 2027.

Uma segurança jurídica e planejamento serão fundamentais para enfrentar o ano de 2027.

A reforma tributária representa uma tentativa de modernização de um sistema historicamente marcado pela complexidade, pela multiplicidade de obrigações e pelo elevado número de controvérsias judiciais.

Entretanto, sua efetividade não poderá ser medida apenas pela simplificação das normas ou pela capacidade de arrecadação do Estado. Será necessário verificar se o novo modelo proporcionará condições adequadas para a atividade econômica, preservando a competitividade das empresas, a previsibilidade dos investimentos e os direitos dos contribuintes.

A entrada em vigor da CBS em 2027 exigirá especial atenção dos empresários, que deverão revisar seus procedimentos fiscais, avaliar os impactos financeiros da nova contribuição e adequar suas relações contratuais à legislação.

O maior desafio será assegurar que a modernização do sistema tributário não resulte em desequilíbrios econômicos injustificados ou em insegurança jurídica para quem produz, empreende e gera empregos no país.

A partir de 2027, os efeitos concretos da CBS começarão a demonstrar como a reforma tributária se refletirá na economia brasileira. Mais do que discutir o percentual de 11,3%, será necessário acompanhar quanto cada setor efetivamente recolherá e quais consequências serão transferidas aos consumidores.

Afinal, uma reforma tributária deve ser avaliada não apenas pela eficiência da arrecadação, mas também pela sua capacidade de proporcionar segurança jurídica, equilíbrio fiscal e condições sustentáveis para o desenvolvimento econômico do Brasil.

FUNCIONALISMO

Paulínia fixa nota mínima para aprovar servidores públicos em avaliação anual

Decreto assinado pelo prefeito Danilo Barros estabelece avaliações a cada 12 meses, define critérios de assiduidade, pontualidade e produtividade e ainda exige pelo menos 14 pontos para que funcionários sejam considerados aptos

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br


DIVULGAÇÃO
Administração passa a contar com procedimentos definidos para avaliar periodicamente o desempenho dos servidores

Administração poderá considerar informações de outros servidores que trabalhem diretamente com pessoa avaliada

A Prefeitura de Paulínia regulamentou o processo de avaliação periódica de desempenho dos servidores municipais, estabelecendo regras para acompanhar o trabalho dos funcionários e definir critérios de evolução na carreira pública. O Decreto nº 9.130/2026, determina que os profissionais sejam avaliados em ciclos de 12 meses, com pontuação mínima de 14 pontos para receberem a classificação de aptos.

A regulamentação alcança os servidores integrantes dos planos de cargos, carreiras e vencimentos da administração municipal, incluindo profissionais do magistério, da saúde e do quadro geral. O procedimento será utilizado para acompanhar o desempenho funcional, identificar necessidades de aperfeiçoamento e subsidiar decisões relacionadas ao desenvolvimento profissional.

Pelas novas regras, a avaliação será realizada pela chefia imediata do funcionário, que deverá analisar o cumprimento das atribuições e preencher um formulário eletrônico ao término de cada ciclo. Quando necessário, a administração poderá considerar informações de outros servidores que trabalhem diretamente com o profissional avaliado, buscando assegurar maior objetividade ao procedimento.

Entre os critérios estabelecidos estão assiduidade, pontualidade, produtividade, autonomia na formação profissional, cooperação, dinamismo, proatividade, cumprimento de normas, respeito no ambiente de trabalho e capacidade de realizar as atividades dentro dos prazos previstos.

Cada fator receberá uma classificação de desempenho superior, satisfatório ou insatisfatório, com pontuação correspondente. Para ser considerado apto, o servidor deverá alcançar pelo menos 14 pontos na avaliação geral e não poderá apresentar nenhum fator classificado como insatisfatório. Quem obtiver 13 pontos ou menos, ou receber avaliação insatisfatória em pelo menos um dos critérios, será considerado inapto naquele ciclo.

Um dos pontos previstos no decreto envolve a análise da frequência ao trabalho. No fator assiduidade, a classificação superior será atribuída ao funcionário que não apresentar faltas injustificadas e tiver menos de 12 dias de atestado médico durante o período avaliado. Entre 12 e 20 dias de atestado, sem faltas injustificadas, a classificação será satisfatória.

Já os servidores com faltas injustificadas ou mais de 20 dias de atestado médico receberão classificação insatisfatória nesse fator, conforme a tabela que acompanha o decreto. Como a regulamentação impede a classificação geral de apto quando houver qualquer fator insatisfatório, o critério poderá influenciar diretamente o resultado final da avaliação.

O texto também estabelece situações em que o funcionário não participará do ciclo avaliativo, como nos casos em que adquirir estabilidade após o início do período ou estiver em determinadas condições funcionais previstas na regulamentação.

PRAZOS E RECURSOS

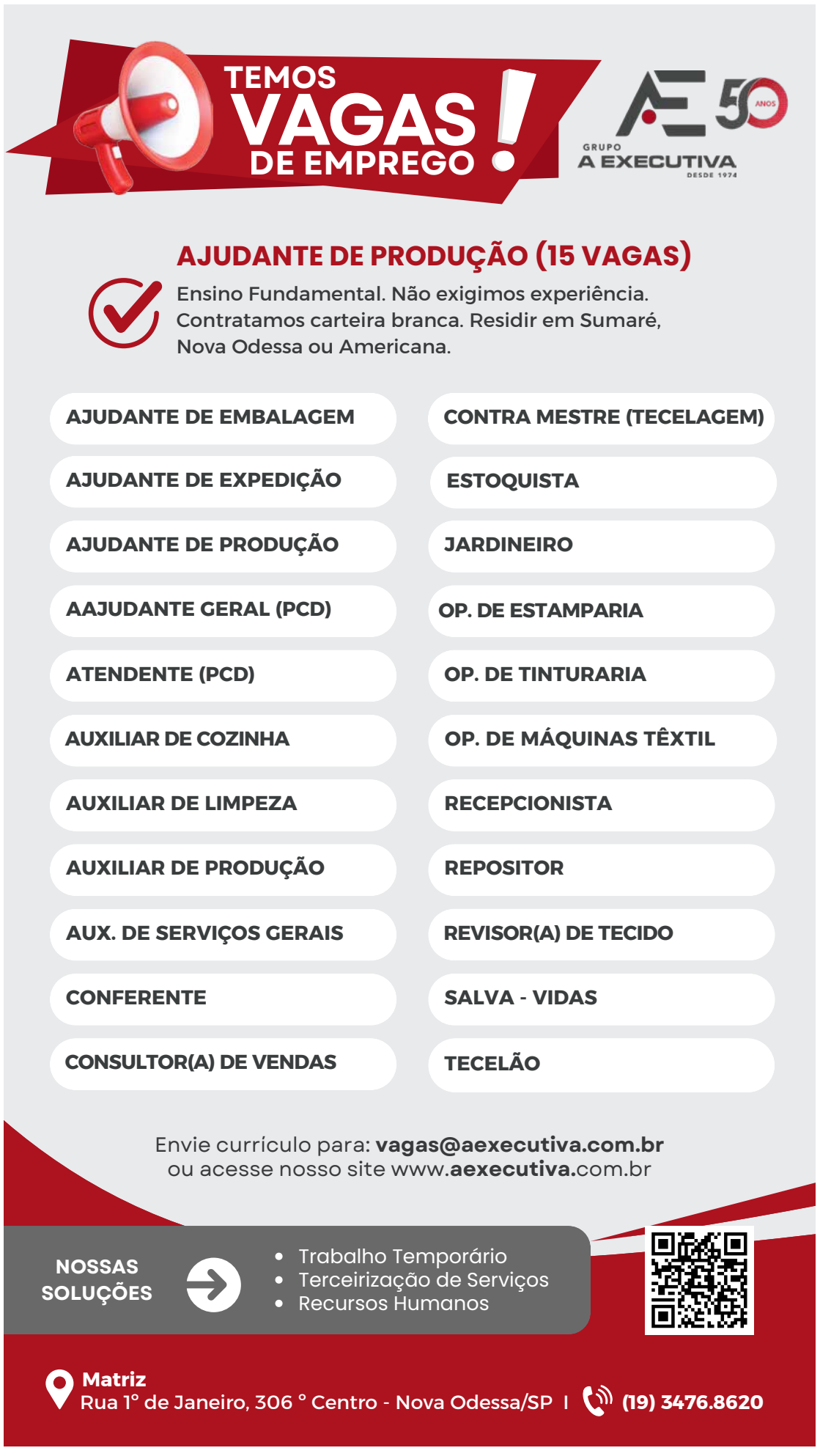
A Prefeitura também definiu prazos para a conclusão das avaliações e para a contestação dos resultados. A chefia responsável terá 15 dias, contados da abertura do período destinado à avaliação, para finalizar o procedimento. Depois da divulgação oficial do resultado, o servidor poderá apresentar recurso administrativo no prazo de dez dias.

As comissões responsáveis terão até 30 dias para analisar as contestações, com possibilidade de prorrogação por igual período mediante justificativa. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico utilizado pela administração municipal. O decreto estabelece três comissões específicas para acompanhar os procedimentos e analisar os recursos: uma destinada aos profissionais do magistério, outra aos servidores da saúde e uma terceira aos funcionários efetivos das demais áreas.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas ficará responsável pela coordenação do processo, pela orientação das comissões e pelo acompanhamento dos resultados. O órgão também poderá realizar auditorias, solicitar documentos e verificar o cumprimento das normas pelas diferentes secretarias.

As avaliações deverão ser validadas pelos responsáveis pelas unidades administrativas e homologadas pelo chefe do Poder Executivo. Os resultados serão disponibilizados eletronicamente aos servidores e publicados no Diário Oficial para fins de ciência e eventual apresentação de recurso.

A regulamentação também prevê a utilização dos resultados para identificar necessidades de formação continuada e aperfeiçoamento dos profissionais, além de acompanhar o cumprimento das atribuições dos cargos públicos.









Negócios liderados por mulheres crescem 32,1% em Monte Mor

LEIA MAIS NA PÁGINA 09

Hortolândia retoma discussão sobre a implantação do campus da UFSCar

Prefeitura reforça diálogo com Ministério da Educação para trazer instituição de Ensino Superior para cidade; prefeito Zezé Gomes enfatiza que a vinda da universidade é importante para ampliar a qualificação profissional da população jovem

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Hortolândia irá fortalecer a formação superior para o público jovem. A Prefeitura retoma a discussão com o Ministério da Educação para implantar o campus da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), no próximo ano. O anúncio foi feito nesta semana, no 4º Feirão de Empregos, realizado na Câmara Municipal. Participaram do evento o prefeito Zezé Gomes (Republicanos), o vice-prefeito, Cafu Cesar (PSB), o secretário de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, Gerson Ferreira, dentre outras autoridades e representantes de entidades participantes.

Para entreter o público, o evento teve ainda apresentação do Madeira Brasil, um dos grupos do CEM Maestro Ronaldo Dias de Almeida – Centro de Educação Musical Municipal de Hortolândia, unidade de ensino e formação da Prefeitura.

O prefeito enfatizou que a vinda da universidade é importante para ampliar a qualificação profissional da população jovem.

"O Brasil e a região estão crescendo. Hortolândia está com 4% de desemprego. Esse número é muito importante para a cidade. Estamos empregando pessoas que vivem aqui e da região. Isso é riqueza. E agora podemos ter um sonho maior, que é o de trazer a UFSCar para cá. Com isso, vamos trazer mais qualificação para os jovens. Estamos iniciando um novo ciclo, com mais empregos e capacitação. Com a vinda da UFSCar, os jovens vão poder estudar e estarem melhor preparados para ocupar vagas de emprego e para o mercado de trabalho. E com isso, vamos poder trazer mais empresas para a cidade", destacou o prefeito.

Outra notícia importante para estimular a geração de emprego anunciada pelo vice-prefeito, Cafu Cesar, é o convênio assinado pelo município com o governo federal para implantar o SINE (Sistema Nacional de Emprego).

"Além disso, vamos trazer mais recursos para Hortolândia. Em paralelo a isso, as obras que estão sendo feitas pela Prefeitura atraem mais empresas. Conforme a orientação que o prefeito Zezé sempre nos cobra, que é cuidar das pessoas, no ano que vem vamos trazer a Fatec (Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo). Além disso, estamos discutindo com o MEC (Ministério da Educação) a instalação do campus da UFSCar para preparar os jovens e a população para que possam ocupar empregos de alta formação. Com a vinda da UFSCar, vamos conversar com as empresas da cidade para ver quais tipos de profissionais elas precisam, e com isso preparar melhor os cursos a serem ofertados pela UFSCar. Hortolândia está com 4% de desemprego, um dos mais baixos da região. Por isso, seguimos trabalhando para melhorar a qualidade de emprego e de vida das pessoas", salientou o vice-prefeito.



DIVULGAÇÃO

Zezé Gomes frisou que a vinda da universidade é importante para qualificação profissional de jovens

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Gerson Ferreira, desejou boa sorte aos candidatos que lotaram o auditório da Câmara Municipal.

"Estamos com uma grande expectativa de geração de empregos e contratações neste 4º Feirão. Afinal, são em torno de 2.000 vagas oferecidas pelas 60 empresas participantes. Para o próximo ano, vamos realizar uma política forte de qualificação profissional", salientou o secretário.

ESPERANÇA

O 4º Feirão de Empregos representou uma grande esperança para quem procura trabalho. Esse foi o caso de Luiz Cláudio da Silva, 32 anos, morador do Jardim Nova Hortolândia.

"Eu acho o feirão muito importante, pois não preciso ir em várias empresas, em locais diferentes, já que estão todas aqui no mesmo lugar. Assim, eu economizo tempo e dinheiro. Estou desempregado há dois meses. Espero conseguir um trabalho na área da logística", relatou o candidato.

A diversidade de oportunidades oferecidas foi o que atraiu Rebeca Helena da Silva Monção, de 21 anos, moradora do Jardim Amanda II. "Estou achando o feirão muito bom. É um evento bem interativo, com vagas boas e bastante opções de horário. Hoje vim buscar uma vaga na área de produção, se possível no horário noturno", contou a jovem.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o evento registrou público de 1.500 pessoas. O secretário Gerson Ferreira fez um balanço positivo do evento.

"O sucesso do 4º Feirão de Empregos de Hortolândia, que registrou mais de 1.500 pessoas atendidas, demonstra a importância dessa iniciativa para aproximar trabalhadores e empresas. A partir desse resultado, vamos intensificar as ações de qualificação profissional, preparando os trabalhadores para as exigências do mercado e ampliando as possibilidades de preenchimento das vagas ofertadas com profissionais cada vez mais qualificados", avaliou o secretário.

Uma das ações que a Prefeitura já implantou este ano para oferecer capacitação profissional é o programa Qualifica Hortolândia. O objetivo é aproximar quem procura trabalho e empresas que precisam contratar.

A partir da oferta de cursos, o programa busca conectar e preparar candidatos para as demandas do mercado de trabalho, e facilitar o acesso deles às oportunidades de emprego. Um dos cursos já em andamento é o de Ar condicionado - refrigeração e climatização. Outros dois cursos, com inscrições já encerradas, são os de Empreendedorismo digital e o de Aumento de produtividade com IA, ambos em parceria com a empresa IBM.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Monzani & Miguel gravam audiovisual "Autêntico" na cidade de Americana

A cidade de Americana, interior do Estado de São Paulo, foi escolhida por Monzani & Miguel para ser uma importante virada de chave na carreira da dupla. Eles gravaram na última terça-feira (27), na The Farm, o audiovisual "Autêntico". A noite contou com convidados e as participações especiais de Rafa & Junior, Vovô James e DJ TDR no projeto.

O audiovisual contou com a gravação de nove músicas, sendo sete delas inéditas, além das regravações de "Balança e toma" e "Paredão das caminhonetes". A produção musical ficou por conta de Diogo Leal e a direção de vídeo de Gabriel Pirroncelli.

"Obrigado a todos os amigos e familiares que estiveram aqui presentes neste importante capítulo que estamos escrevendo no livro de nossa história. Preparamos e fizemos tudo com muito carinho", comentou a dupla. Todas as faixas de "Autêntico" serão divulgadas até o final do ano nas principais plataformas de música e Youtube.

MONZANI & MIGUEL

Monzani & Miguel se conheceram em uma roda de compositores em Curitiba, no Estado do Paraná. Quis o destino que a amizade fosse um ponto de partida para que em 2025 forma-se dupla. Com recursos próprios gravaram o primeiro DVD no Santa Marta Bar na capital paranaense. Intitulado "Uma Nova História", o projeto reuniu sete faixas, sendo seis composições da própria dupla.

Entre os destaques deste projeto, estão as músicas "O que a lua já viu", com participação de João Gustavo & Murilo, dupla do Estado do Mato Grosso do Sul que se consolidou em 2019 com a música "Lençol dobrado". "Balança e toma", que contou com a participação de Rafa & Júnior, também do Mato Grosso do Sul. Além da faixa "Zezé compôs", em parceria com o cantor Vitor Pessaia.



Em 2026, a dupla trabalhou a divulgação de alguns singles que ganharam grande repercussão nas plataformas digitais. Entre elas, "Rave do agro", composição de Miguel Tem, Monzani MeM, Lucas Amaro e Cris Lissoni. Com a direção da Anverso Agência, o single ganhou um irreverente clipe que ultrapassou 800 mil visualizações de forma orgânica no YouTube. Destaque também para a música "Ironia", essa com participação especial do Grupo Tradição

Monzani é natural da cidade de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo. Cresceu ouvindo o seu pai cantar, que tinha dupla cantando em alguns locais da região. Teve influência no gospel, principalmente através de cantores como Andrá Valadão e Fernandinho. Eclético, ouvia de tudo, do mpb de Djavan, passando pelo rock de Systems Of down, Green Day, Creed, Blink-182, sem deixar, é claro, os grandes nomes da música sertaneja como Zezé di Camargo & Luciano, Lourenço & Lourival, Trio Parada Dura, entre outros.

Miguel cresceu na região periférica de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul. O seu finado padrinho, Valdomiro, também conhecido no pagode como Nego Wal, era músico e compositor. Foi graças a ele, que Miguel teve o seu contato com a música e aos 16 anos já estava cantando e tocando violão, cavaquinho e percussão em um grupo de pagode. Aos 17 anos fez a sua primeira dupla e seguiu carreira na música sertaneja. Miguel tem composições gravadas por artistas como Henrique & Diego, Loubet e João Carreiro.

Batidão, eletrônico, vaneira, clássicos e músicas românticas. O show de Monzani & Miguel agradam todo o tipo de público colocando a galera para cantar e dançar. Com talento, irreverência e profissionalismo, Monzani & Miguel vem construindo uma carreira sólida e reconhecimento notório, conquistando fãs e admiradores por onde passam, inclusive na Festa do Peão de Barretos 2026, onde foram destaques no Palco Camping cantando para uma multidão.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (493)

Quanto custa o Estado e para onde vai o dinheiro?

Na coluna anterior, argumentei que esquerda e direita tiveram conquistas e fracassos na América Latina. O amigo e leitor Ricardo Laguna fez uma provocação pertinente: por que não comparar o custo da máquina pública, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), entre diferentes governos? Fui aos números. E a resposta, como costuma acontecer, exige distinguir quanto o (*) Estado recebe de (**) como utiliza os recursos.

A primeira distinção importa: despesa pública total não é apenas custo burocrático. Inclui aposentadorias, assistência, remuneração de professores e profissionais de saúde, juros da dívida, compras e investimentos. E os dados do Governo Geral abrangem União, estados e municípios; não são uma conta exclusiva do presidente.

Quanto entra e quanto sai

Segundo o Tesouro Nacional, a carga tributária bruta alcançou 32,4% do PIB em 2025. Em outras palavras, a cada R$ 100 produzidos no país, R$ 32,40 corresponderam a tributos arrecadados. Mas os governos possuem outras fontes de receita. Naquele mesmo ano, a receita total do Governo Geral chegou a R$ 39,50 por R$ 100 do PIB, enquanto a despesa alcançou R$ 46,90. A diferença, R$ 7,40, correspondeu à necessidade líquida de financiamento: o déficit nessa metodologia.

2025 | A cada R$ 100 do PIB



Receita total não é sinônimo de carga tributária; a diferença entre os indicadores não é uma rubrica única de receitas. Fonte: Tesouro Nacional, EFGG 2025.

Para onde vai cada R$ 100 de despesa

A segunda parte da pergunta é mais reveladora. Em 2025, de cada R$ 100 de despesa do Governo Geral, aproximadamente R$ 34 financiaram benefícios previdenciários e assistenciais; R$ 23, pessoal; R$ 21, juros; R$ 12, bens e serviços; e R$ 9, outras despesas. O investimento líquido representou apenas R$ 1. São valores arredondados, não uma medição do desperdício.

2025 | Composição dos R$ 100 gastos



Legenda: valores arredondados por R$ 100 de despesa; a soma indicada é R$ 100. As larguras das barras seguem os dados originais, sem arredondamento. Fonte: Tesouro Nacional, EFGG 2025.

O que mudou entre governos?

A série homogênea de 2010 a 2025 atravessa as administrações Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e novamente Lula. Benefícios, pessoal e juros consumiram, juntos, a maior parte dos recursos em todos os períodos. A comparação, no entanto, não autoriza atribuir cada variação exclusivamente ao presidente: a conta reúne três esferas de governo, regras anteriores, juros e acontecimentos econômicos.

Indicador	O que mostram os dados
Benefícios	De 12,3% para 15,7% do PIB entre 2010 e 2025: +3,4 pontos percentuais, cerca de 28% de aumento relativo. Na pandemia, absorveram aproximadamente R$ 44 de cada R$ 100 gastos.
Pessoal	Permaneceu próximo de 11% do PIB ao longo da série; em 2025, representou cerca de R$ 23 de cada R$ 100 gastos.
Juros	Passaram de 7,1% do PIB em 2010 para 9,9% em 2025; houve pico de 11,9% em 2015. Em 2025, absorveram cerca de R$ 21 de cada R$ 100.
Investimento líquido	O indicador foi positivo de 2010 a 2015 e negativo de 2016 a 2021. Voltou a cerca de 0,4% do PIB em 2022 e 2023, atingiu 0,67% em 2024 e recuou a 0,37% em 2025.

Valores do Governo Geral, segundo a série anual revista e publicada pelo Tesouro em abril de 2026. Investimento líquido difere de investimento bruto.

Gastar mais não é necessariamente gastar melhor

O Banco Mundial, no estudo Um Ajuste Justo, de 2017, chamou atenção para gastos pouco eficientes e para benefícios de certos programas que chegavam proporcionalmente mais aos grupos de maior renda. Em 2018, o Banco Interamericano de Desenvolvimento calculou que ineficiências em compras públicas, gestão de pessoal e transferências poderiam equivaler a até 3,9% do PIB brasileiro. Não é uma medição atual, nem sinônimo de corrupção: é uma estimativa histórica do espaço para melhorar a qualidade do gasto.

Defendo, por exemplo, a proteção oferecida pelo Bolsa Família às famílias de baixa renda. Mas apoio também cadastros precisos, cruzamento responsável com bases oficiais e fiscalização que não exclua quem vive de rendimentos informais. Eficiência não é simplesmente cortar benefícios: é assegurar que cada programa cumpra seu propósito.

Investir depende também do momento da economia

O desafio não se resolverá apenas elevando impostos ou cortando despesas de maneira genérica. É necessário avaliar obrigações, corrigir ineficiências e recuperar a capacidade de investir. Em recessões, com desemprego e capacidade ociosa, investimentos públicos bem selecionados podem estimular a produção e o emprego. Com a economia aquecida, estímulos adicionais à demanda tendem a ter menos efeito e podem aumentar a inflação e os juros. Em qualquer cenário, infraestrutura, educação e saúde continuam exigindo investimentos de qualidade.

O Estado arrecadou muito, gastou mais do que recebeu e destinou uma parcela ínfima das despesas ao investimento líquido em 2025. Não basta discutir se o Estado deve ser maior ou menor. Antes de cobrar mais um real da sociedade, quem governa precisa mostrar onde o dinheiro gera resultado, onde se perde em ineficiência e quais despesas abrem espaço para o futuro. Sem essa prestação de contas, novos impostos podem apenas financiar os mesmos problemas.

Gráficos de apoio | Governo Geral, 2010–2025

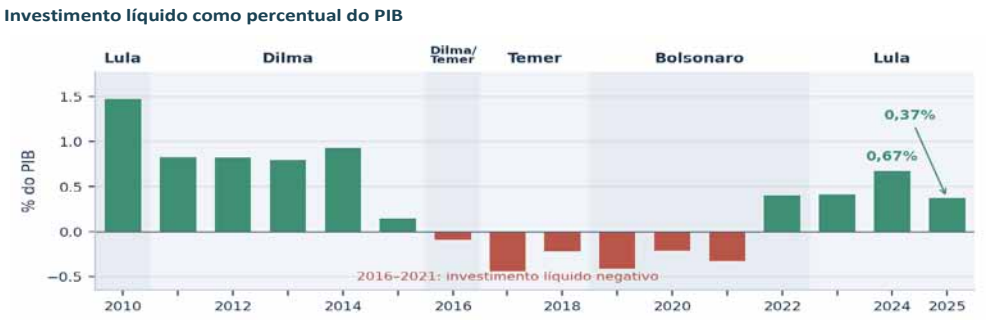
Faixas identificam períodos presidenciais; 2016 foi ano de transição Dilma/Temer. Séries abrangem União, estados e municípios. Não expressam causalidade individual.

Benefícios, pessoal e juros como percentual do PIB



Fonte: Tesouro Nacional, Boletim EFGG 2025, gráfico 9 (série revista, publicada em abril de 2026).

Investimento líquido como percentual do PIB



Fonte: Tesouro Nacional, Boletim EFGG 2025, gráfico 11. Investimento líquido desconta alienações e consumo de capital fixo; não equivale ao investimento bruto nem inclui estatais fora do Governo Geral.

Fontes e notas

• Tesouro Nacional (01/04/2026), Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral: resultados anuais de 2025, tabelas 6–7 e gráficos 9 e 11.
• Tesouro Nacional (10/04/2026), Estimativa da Carga Tributária Bruta de 2025 (32,40% do PIB).
• Banco Mundial (2017), Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil.
• Banco Interamericano de Desenvolvimento (2018), Melhores gastos para melhores vidas: estimativa histórica de até 3,9% do PIB em ineficiências.
• FGV IBRE (2026), artigos sobre multiplicadores fiscais e efeitos do gasto conforme a ociosidade da economia.

RECONHECIMENTO

Americana entra em rede internacional após receber prêmio

Município passa integrar rede de governos da América Latina e do Caribe visando desenvolvimento econômico depois de reconhecimento internacional de programas que incentivam qualificação profissional e empreendedorismo

DIVULGAÇÃO



Americana poderá participar de grupos voltados à elaboração de propostas e ao compartilhamento de soluções

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Americana passou a integrar a Rede de Governos Subnacionais para o Desenvolvimento Produtivo da América Latina e do Caribe (REDEPRO), iniciativa internacional que reúne governos interessados em ampliar oportunidades econômicas, incentivar o empreendedorismo e promover o desenvolvimento sustentável. A adesão foi oficializada nesta semana, com a assinatura da chamada Declaração da Metade do Mundo pelo prefeito Chico Sardelli (PL). A entrada do município ocorre poucos dias após Americana receber, no Chile, um prêmio internacional pelo trabalho desenvolvido com mulheres por meio do programa Futuro Certo e da Feira Criativa.

A assinatura ocorreu no gabinete do prefeito e abre caminho para que Americana participe de discussões e projetos conjuntos com governos de diferentes países latino-americanos. A rede promove encontros periódicos, presenciais e virtuais, nos quais são compartilhadas experiências e discutidas iniciativas relacionadas à geração de renda, qualificação profissional, inclusão produtiva e crescimento econômico.

A participação brasileira na iniciativa também representa uma oportunidade para ampliar a visibilidade de projetos desenvolvidos no município. Entre as prioridades da rede estão a redução das desigualdades, a sustentabilidade e o fortalecimento de políticas que favoreçam a autonomia econômica das mulheres.

A adesão foi motivada pela participação de Americana no II Encontro de Governos Subnacionais de Desenvolvimento Produtivo da REDEPRO 2026, realizado nos dias 22 e 23 de outubro, em Santa Cruz, na região de O'Higgins, no Chile. Durante o evento, a cidade recebeu um reconhecimento internacional pelo trabalho que reúne capacitação profissional e oportunidades de comercialização de produtos.

O destaque foi concedido às ações desenvolvidas pelo programa Futuro Certo e pela Feira Criativa, que oferecem às participantes a possibilidade de aprender uma atividade profissional e, posteriormente, utilizar esse conhecimento para produzir, comercializar e conquistar renda própria. O reconhecimento levou em consideração especialmente a participação feminina e o incentivo à independência financeira.

Instituído em maio de 2022, por meio do Decreto Municipal nº 12.980, o Futuro Certo é realizado pelas secretarias municipais de Assistência Social e Direitos Humanos e de Desenvolvimento Econômico. O programa oferece qualificação profissional e busca criar condições para que os participantes ingressem no mercado de trabalho ou desenvolvam seus próprios negócios.

A Feira Criativa complementa essa proposta ao oferecer espaço para a comercialização dos produtos. A combinação das duas iniciativas foi apresentada no encontro internacional como exemplo de política pública que aproxima a formação profissional das oportunidades de geração de renda.

A diretora de Desenvolvimento Econômico, Beatriz Betoli Bezerra, representou Americana na entrega da premiação e destacou que os resultados alcançados pelo município despertaram o interesse de representantes de outros territórios. Segundo ela, o trabalho conjunto entre secretarias e instituições parceiras permite que mulheres tenham acesso à formação e encontrem alternativas para conquistar autonomia financeira.

NOVAS PARCERIAS

Com a entrada na REDEPRO, Americana poderá participar de grupos de trabalho voltados à elaboração de propostas e ao compartilhamento de soluções adotadas em outras localidades. A rede possui um Comitê Executivo composto por sete autoridades eleitas de governos subnacionais e é presidida pelo governador chileno Pablo Silva Amaya, da região de O'Higgins.

O prefeito Chico Sardelli afirmou que a participação permitirá ampliar o intercâmbio de experiências e fortalecer as ações municipais relacionadas ao empreendedorismo e ao crescimento econômico. Para a administração, a aproximação com governos estrangeiros também poderá contribuir para aperfeiçoar programas de inclusão produtiva já existentes na cidade.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Rafael de Barros, destacou que a adesão cria possibilidades de cooperação técnica e de compartilhamento de conhecimentos entre os participantes da rede. As ações discutidas pelo grupo estão relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente nas áreas de trabalho, inovação e redução das desigualdades.

Também participaram da assinatura o vice-prefeito Odir Demarchi, a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Juliani Hellen Munhoz Fernandes, e a advogada Mariana Zimmermann, presidente dos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Pessoa Idosa.

A Prefeitura ainda não anunciou novos investimentos ou projetos específicos decorrentes da adesão. Neste primeiro momento, a participação permitirá que Americana integre os encontros internacionais e as discussões sobre desenvolvimento econômico, com possibilidade de futuras parcerias entre os governos participantes.

CÓRREGO PALMITAL

Estudo aponta 20 pessoas em área de alto risco de enchente em Nova Odessa

Levantamento técnico identifica imóveis ameaçados por inundações na divisa de Nova Odessa com Sumaré e histórico de alagamentos há pelo menos 12 anos; Prefeitura confirma ausência de recursos para as obras estruturais nesta região

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br



Prefeitura apresentou estudos de engenharia sobre o comportamento das águas

Um estudo técnico do Serviço Geológico do Brasil (SGB), encaminhado à Câmara de Nova Odessa, aponta a existência de cinco imóveis e 20 pessoas em uma área classificada como de alto risco de inundação nas proximidades do Córrego Palmital, na divisa com Sumaré. O levantamento revela um histórico de alagamentos que, segundo relatos dos moradores, se repetem há pelo menos 12 anos, provocando prejuízos materiais e obrigando famílias a deixar temporariamente suas residências. Apesar dos riscos identificados, a Prefeitura confirmou que não possui recursos para obras estruturais de prevenção de enchentes no local.

Os documentos foram apresentados em resposta ao Requerimento nº 293/2026, de autoria da vereadora Priscila Peterlevitz (União), que solicitou informações sobre as condições do córrego, especialmente no trecho próximo à Avenida Pedro de Oliveira. A manifestação oficial foi encaminhada pelo prefeito Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), com esclarecimentos técnicos da Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Planejamento Urbano.

O mapeamento do Serviço Geológico do Brasil, antigo CPRM, identifica como área de alto risco um setor localizado nas proximidades da Rua José Maria Bellinatti, na região do Lopes Iglesias. Segundo o relatório, as inundações são recorrentes e estão relacionadas ao transbordamento do Palmital durante períodos de chuvas intensas.

O documento registra relatos de moradores que perderam móveis, eletrodomésticos e outros pertences devido à entrada de água nas residências. Em determinadas ocorrências, o nível teria chegado a aproximadamente 40 centímetros dentro dos imóveis, levando famílias a procurar abrigo na casa de parentes.

Os técnicos também apontaram que os problemas podem ser agravados pelo possível subdimensionamento de uma passagem de água na região da Avenida João Argenton/Carlos Botelho. Essa condição pode dificultar o escoamento durante precipitações mais intensas, contribuindo para a elevação do nível do córrego.

O estudo ressalta que as construções estão situadas em uma planície de inundação, área naturalmente sujeita ao avanço das águas em períodos de cheia. Além dos prejuízos materiais, o levantamento alerta para riscos sanitários associados ao contato com águas contaminadas durante os alagamentos.

VAZÃO DE 63 MIL LITROS POR SEGUNDO

Além do mapeamento de risco, a Prefeitura apresentou estudos de engenharia sobre o comportamento das águas e a capacidade de escoamento de uma travessia de drenagem.

O cálculo hidrológico considera uma bacia hidrográfica com 12,69 quilômetros quadrados de área de drenagem e extensão de 5,84 quilômetros do talvegue, linha que acompanha os pontos mais baixos do terreno por onde a água escoa.

A análise utiliza um período de retorno de 100 anos para estimar a vazão de uma cheia de grande intensidade. Pelos parâmetros adotados, o volume calculado chega a 63,17 metros cúbicos por segundo, equivalente a aproximadamente 63,1 mil litros de água passando a cada segundo pelo ponto considerado.

Outro documento apresenta o dimensionamento hidráulico de uma travessia formada por cinco aduelas de concreto, cada uma com dois metros de largura e dois metros de altura.

De acordo com a planilha, a estrutura dimensionada teria capacidade de escoamento de 66,69 metros cúbicos por segundo, pouco acima dos 63,17 metros cúbicos por segundo estimados para a vazão de projeto. A diferença é de apenas 3,53 metros cúbicos por segundo.

O estudo classifica o dimensionamento como suficiente para os parâmetros analisados. Entretanto, esse resultado não significa que o córrego esteja protegido contra novos transbordamentos.

Isso porque os cálculos consideram características hidráulicas determinadas, enquanto a capacidade real de escoamento também pode ser afetada por sedimentos, vegetação, lixo, obstruções e alterações nas condições do leito.

Estudo recomenda monitoramento e controle de ocupações

Diante do histórico de inundações, o Serviço Geológico do Brasil apresentou recomendações para diminuir a exposição da população aos riscos. Entre as medidas estão o monitoramento contínuo das chuvas e da elevação do nível dos rios pela Defesa Civil, a manutenção de registros detalhados das ocorrências e a inclusão das áreas de risco nos instrumentos de planejamento urbano.

Os técnicos também recomendaram maior fiscalização sobre novas construções nas proximidades do córrego, para evitar a ampliação da ocupação em áreas sujeitas a enchentes.

Outro ponto destacado é a necessidade de combater o descarte irregular de lixo e entulho, que pode agravar as condições de escoamento e aumentar os problemas durante os temporais.

O relatório ainda sugere a formação de lideranças comunitárias para apoiar as ações da Defesa Civil e facilitar a comunicação com os moradores em situações de emergência.

Apesar da existência dos estudos técnicos, a Prefeitura de Nova Odessa informou que não possui recursos orçamentários específicos destinados à execução de obras estruturais no trecho do Palmital analisado.

Em resposta à vereadora Priscila Peterlevitz, a Secretaria Municipal de Obras explicou que nenhuma intervenção dessa natureza foi formalmente definida e que, por enquanto, as medidas adotadas se concentram nos serviços periódicos de limpeza, manutenção e desassoreamento do córrego.

DIVISA COM SUMARÉ DIFICULTA INTERVENÇÕES

Outro obstáculo apontado pela Prefeitura é a localização do Córrego Palmital, que atravessa uma área de divisa territorial entre Nova Odessa e Sumaré.

De acordo com a Secretaria de Obras, já ocorreram tratativas preliminares entre representantes dos dois municípios para discutir a situação do curso d'água. Entretanto, até a elaboração da resposta, nenhuma ação conjunta havia sido formalizada.

Intervenções que envolvam as duas margens do córrego dependem de entendimento entre as administrações municipais. Parte da travessia também está localizada sob uma rodovia estadual, o que pode exigir autorização do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Conforme a natureza das obras, poderão ser necessárias ainda autorizações ambientais, inclusive da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

A administração informou que continua realizando as ações de manutenção sob sua responsabilidade e acompanhando tecnicamente as condições do local. | **Paulo Medina**

NESTA SEGUNDA

Nova Odessa prepara Cemitério Municipal para Dia de Finados

Da Redação • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Nova Odessa projeta a visita de milhares de pessoas ao Cemitério Municipal nesta segunda-feira (2), em virtude do Dia de Finados. Para acolher o público com conforto e segurança, o espaço funcionará em horário estendido, das 7h às 17h.

"As manutenções periódicas foram intensificadas nestes últimos dias. Embora as chuvas recentes tenham dificultado os trabalhos de roçagem e pintura, nosso cronograma foi ampliado, pois queremos garantir um ambiente acolhedor, limpo e organizado para as famílias prestarem suas homenagens", destacou Ataíde Alves, responsável pela unidade.

> **"As manutenções periódicas foram intensificadas nestes últimos dias"**

Como ocorre tradicionalmente, o entorno do cemitério contará com comércio ambulante devidamente regulamentado e fiscalizado pelo município. Os visitantes encontrarão barracas credenciadas para a venda de flores, velas, vasos e opções de alimentação.


DIVULGAÇÃO
Espaço terá horário estendido das 7h às 17h e contará com comércio de flores

MUDANÇA ADMINISTRATIVA

Zezé Gomes quer passar fiscalização de pátio de veículos à Segurança Pública

Projeto de lei transfere da Secretaria de Mobilidade Urbana para a Segurança Pública a gestão e fiscalização do contrato de remoção e guarda de veículos; proposta prevê repasse de até 10% da arrecadação bruta da concessionária para o município

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br


DIVULGAÇÃO
Prefeito Zezé Gomes solicitou que o projeto seja realizado com celeridade

O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes (Republicanos), encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que transfere da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana para a Secretaria de Segurança Pública a responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato de concessão dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores. A proposta também estabelece a participação da Guarda Municipal na operação das atividades contratuais e prevê o repasse de até 10% da arrecadação bruta mensal da concessionária aos cofres municipais, conforme as regras da concessão.

O texto altera a legislação municipal de 2013 que regulamenta a concessão dos serviços de remoção e armazenamento de veículos recolhidos por infrações de trânsito ou outras situações previstas na legislação. A mudança pretende concentrar na Secretaria de Segurança Pública o acompanhamento do contrato, atualmente vinculado à área de Mobilidade Urbana.

Pela proposta, caberá à Secretaria de Segurança Pública exercer a gestão e a fiscalização contratual dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos automotores e similares. A Guarda Municipal ficará responsável pela operacionalização das atividades contratuais, respeitando os limites de suas competências legais.

Na justificativa encaminhada aos vereadores, o prefeito argumenta que a mudança busca proporcionar maior eficiência, rapidez e integração entre os setores responsáveis pelas atividades de segurança e remoção de veículos.

Segundo o Executivo, a maior parte das ocorrências que exigem o recolhimento e a guarda de automóveis decorre de ações da Guarda Municipal ou de operações conjuntas de segurança pública. Dessa forma, a transferência permitiria aproximar a fiscalização do contrato das equipes que atuam diretamente nas ruas.

Outro argumento apresentado é o funcionamento ininterrupto da Guarda Municipal, que mantém equipes em atividade durante 24 horas por dia. Para a administração, essa estrutura oferece melhores condições para atender ocorrências relacionadas ao pátio municipal, inclusive fora do horário comercial.

A Prefeitura também sustenta que a concentração das atribuições em uma única secretaria poderá simplificar procedimentos administrativos, melhorar a comunicação entre os setores envolvidos e agilizar o atendimento aos cidadãos, especialmente nos processos relacionados à remoção e liberação de veículos.

REPASSE

O projeto mantém a previsão de repasse mensal ao município de um percentual de até 10% sobre o valor bruto arrecadado pela concessionária com os serviços de remoção e estadia de veículos.

Os valores deverão ser depositados em conta bancária específica vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão.

A proposta não estabelece aumento das tarifas cobradas dos proprietários dos veículos. Segundo a justificativa, a alteração tem caráter administrativo e operacional, mantendo as condições financeiras da concessão, com adequação do órgão responsável pelo acompanhamento dos serviços.

O Executivo também afirma que a mudança não acarretará aumento de despesas para os cofres públicos, uma vez que pretende reorganizar atribuições já existentes na administração municipal.

FISCALIZAÇÃO E LEILÕES

Outra alteração prevista no projeto trata da fiscalização do cumprimento das normas de trânsito relacionadas à remoção e guarda de veículos.

A Secretaria Municipal de Segurança Pública passará a responder pela fiscalização dos serviços, observando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e as demais disposições aplicáveis.

A proposta também autoriza a secretaria, após consulta à Procuradoria-Geral do Município, a organizar e realizar leilões públicos de veículos removidos que estejam sob competência municipal, respeitando a legislação e as atribuições dos órgãos estaduais.

O procedimento poderá envolver articulação com o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), responsável por atribuições específicas na administração e regularização de veículos.

A mudança não significa que a Guarda Municipal assumirá diretamente todas as atividades executadas pela empresa concessionária. A prestação dos serviços continuará sujeita às condições contratuais, enquanto a Secretaria de Segurança Pública ficará encarregada da gestão e da fiscalização da concessão.

A justificativa também aponta a necessidade de adequação das normas municipais à legislação federal que disciplina as concessões de serviços públicos, as licitações e os contratos administrativos.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Quando a preocupação também chega à mesa

Em semanas de muitas notícias, discussões e incertezas, é comum percebermos mudanças na maneira como nos sentimos. Algumas pessoas ficam mais ansiosas, outras irritadas, cansadas ou com dificuldade para dormir. Mas existe uma consequência que nem sempre associamos a esses períodos: a maneira como tudo isso pode interferir na nossa alimentação. Afinal, aquilo que acontece ao nosso redor também influencia nossa fome, nossas escolhas e a forma como nos relacionamos com a comida.

Nosso comportamento alimentar é influenciado por diversos fatores, e o estado emocional é um deles. Em situações de estresse, o organismo ativa mecanismos fisiológicos que nos ajudam a responder aos desafios. Entre eles estão a atuação do sistema nervoso autônomo e a liberação de hormônios como adrenalina e cortisol. Essas respostas podem modificar temporariamente o apetite, mas seus efeitos não são iguais para todas as pessoas. Enquanto algumas perdem a vontade de comer, outras percebem um aumento da fome ou uma procura maior por determinados alimentos.

É importante compreender que essas diferenças não acontecem simplesmente por falta de controle. Em situações de estresse agudo, por exemplo, a ativação de determinados mecanismos fisiológicos pode reduzir temporariamente o apetite. Já em contextos de estresse persistente, fatores hormonais, emocionais e comportamentais podem favorecer o aumento da ingestão alimentar em algumas pessoas. A relação é complexa e depende também de experiências anteriores, disponibilidade de alimentos, rotina e características individuais.

Talvez você já tenha percebido isso em algum momento. Depois de um dia particularmente difícil, preparar uma refeição pode parecer trabalhoso demais. Em outras situações, surge uma vontade de maior de comer algo específico, mesmo sem uma sensação intensa de fome física. Há também quem passe horas envolvido com preocupações, esqueça de se alimentar e só perceba a fome quando já está exausto. São comportamentos diferentes, mas que mostram como nossas escolhas alimentares não acontecem isoladas daquilo que estamos vivendo.

Outro aspecto importante é a relação entre estresse e sono. Em períodos de maior preocupação, podemos dormir menos ou apresentar uma qualidade de sono inferior. E o descanso insuficiente pode influenciar a regulação do apetite, a percepção de fome e saciedade e a preferência por alimentos mais palatáveis. Além disso, o cansaço pode dificultar tarefas que exigem planejamento e organização, como decidir o que preparar, fazer compras ou manter uma rotina alimentar minimamente estruturada.

Isso ajuda a compreender por que recomendações nutricionais aparentemente simples podem se tornar difíceis em determinados momentos. Planejar refeições, cozinhar, consumir alimentos variados e manter horários regulares exigem recursos que vão além do conhecimento nutricional. Precisamos de tempo, disposição e condições para colocar essas orientações em prática. Quando estamos mentalmente sobrecarregados, até decisões pequenas podem parecer mais difíceis.

Também existe uma dimensão afetiva da alimentação que merece ser reconhecida. A comida pode proporcionar prazer, acolhimento e conforto, e isso faz parte da nossa relação com ela. Buscar um alimento de que gostamos depois de um dia difícil não representa, necessariamente, um comportamento inadequado. A atenção deve estar voltada à frequência, ao contexto e às consequências desse hábito, especialmente quando comer se torna a principal ou única estratégia disponível para lidar com emoções difíceis.

Por outro lado, tentar compensar esses momentos com restrições alimentares rígidas pode aumentar ainda mais o desgaste. Quando interpretamos qualquer mudança no apetite como um problema de disciplina, corremos o risco de ignorar o que realmente está acontecendo. Em vez de responder com culpa ou regras mais severas, pode ser mais útil observar se estamos dormindo adequadamente, fazendo refeições suficientes e encontrando espaço para cuidar de outras necessidades.

Na prática clínica, compreender o contexto emocional e social é fundamental para construir estratégias nutricionais que façam sentido. Uma pessoa que está atravessando um período de preocupação intensa talvez precise, naquele momento, de refeições mais simples, alternativas práticas e uma organização alimentar menos exigente. Isso não significa abandonar os cuidados com a saúde, mas reconhecer que a maneira de cuidar também pode precisar de ajustes.

Em um cenário em que somos constantemente estimulados a acompanhar notícias, reagir a acontecimentos e participar de discussões, vale observar quanto espaço essas demandas estão ocupando na nossa rotina. Estar informado é importante, mas viver permanentemente em alerta pode comprometer aspectos básicos do cuidado, inclusive nossa alimentação.

Afinal, nem sempre uma mudança alimentar começa no prato. Às vezes, ela começa em uma noite mal dormida, em uma preocupação que se prolonga ou em um dia no qual faltou energia até para decidir o que comer. Reconhecer essas relações nos ajuda a olhar para o comportamento alimentar com mais compreensão e a construir estratégias de cuidado que considerem a vida como ela realmente acontece.

EMPREENDEDORISMO FEMININO

Negócios liderados por mulheres aumentam 32,1% em Monte Mor

Município registrou 745 novos negócios vinculados a mulheres entre janeiro e setembro deste ano, 181 a mais que em 2025; participação feminina na abertura de empresas já representa quase 40%

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A abertura de negócios vinculados a mulheres cresceu 32,1% em Monte Mor nos primeiros nove meses de 2026, superando o ritmo de expansão registrado entre os homens no município. Dados da Receita Federal mostram que, entre janeiro e setembro, foram contabilizados 745 novos registros empresariais ligados a mulheres, contra 564 no mesmo período do ano passado. O aumento de 181 registros revela o avanço da participação feminina na economia da cidade, principalmente em atividades de prestação de serviços, comércio, alimentação e beleza.

O levantamento, elaborado a partir dos dados abertos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), aponta que a participação das mulheres nas novas empresas passou de 35,8% em 2025 para 39,9% neste ano. O avanço foi de 4,1 pontos percentuais. No período analisado, Monte Mor contabilizou 1.852 empresas abertas, das quais 732 tinham pelo menos uma mulher entre as responsáveis pelo empreendimento.

O desempenho feminino também chama atenção quando comparado ao crescimento dos negócios vinculados aos homens, que foi de 11,2% no mesmo intervalo. Isso significa que a expansão percentual dos registros femininos foi quase três vezes maior, indicando uma presença cada vez mais expressiva das mulheres entre os novos empreendedores do município.

Entre os setores que mais cresceram está o de beleza e bem-estar, que passou de 54 para 92 novas empreendedoras, uma alta de aproximadamente 70%. O segmento de outros serviços e indústria também apresentou crescimento significativo, passando de 142 para 200 registros. Nas atividades relacionadas a cuidados, saúde e educação, o número subiu de 82 para 108, enquanto a alimentação avançou de 89 para 110.

As mulheres também ampliaram sua presença nas áreas de escritório, vendas e marketing, que passaram de 110 para 130 registros, e no comércio em geral, com crescimento de 47 para 64. Entre as atividades específicas mais procuradas estão os serviços de apoio administrativo e documentação, com 52 registros, promoção de vendas, com 51, e cabeleireiros, manicure e pedicure, com 48.


DIVULGAÇÃO
Entre os setores que mais cresceram está o de beleza e bem-estar

A expansão não ficou concentrada em uma única região da cidade. Segundo os dados, 81 bairros de Monte Mor registraram a abertura de negócios vinculados a mulheres neste ano. O Jardim Paulista aparece na liderança, com 74 registros, seguido pelo Parque Residencial São Clemente, com 73. Na sequência estão o Centro, com 48, o Jardim Paviotti, com 47, e o Jardim Alvorada, com 31.

Outro aspecto revelado pelo levantamento é a predominância dos pequenos negócios. Do total de novas empreendedoras, 69% estão registradas como Microempreendedoras Individuais (MEIs). Quando considerados também os negócios classificados como Empresário Individual, o percentual chega a 87,4%. Os números mostram que a maior parte das mulheres que ingressam no empreendedorismo aposta em atividades próprias, muitas vezes de pequeno porte, como alternativa para geração de renda e conquista de independência financeira.

INCENTIVO

A Prefeitura de Monte Mor mantém o projeto Todas por Elas, desenvolvido para incentivar o empreendedorismo feminino e ampliar a visibilidade dos negócios comandados por mulheres. Em março, a iniciativa promoveu uma feira no Centro Cultural Joaquinzão, com exposição de produtos, atividades de capacitação e oportunidades de divulgação dos empreendimentos locais. Mais recentemente, participantes do projeto também integraram a comitiva municipal que esteve na Feira do Empreendedor 2026, promovida pelo Sebrae.

Para a secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, Milena Rinaldo, os resultados demonstram a importância da participação feminina na movimentação econômica de Monte Mor. Ela destacou que o crescimento dos registros representa histórias de mulheres que encontraram no empreendedorismo uma oportunidade de desenvolver suas atividades e conquistar espaço no mercado.

"Por trás dos números estão mulheres que transformam ideias em negócios, conquistam espaço no mercado", afirmou a secretária, ao defender a continuidade das iniciativas de valorização das empreendedoras.

Com o crescimento registrado até setembro, o empreendedorismo feminino se consolida como uma das frentes de expansão dos pequenos negócios em Monte Mor, ampliando a presença das mulheres em diferentes setores e bairros do município.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Osteoporose pode dar direito à aposentadoria pelo INSS?

O diagnóstico da doença não garante o benefício automaticamente. Para conseguir a aposentadoria ou outro benefício previdenciário, é necessário comprovar que as limitações causadas pela osteoporose comprometem a capacidade de trabalho.

A osteoporose é uma doença que reduz a resistência dos ossos e aumenta o risco de fraturas. Dependendo da gravidade do quadro, pode provocar dores persistentes, dificuldades de locomoção e limitações para realizar atividades que exigem esforço físico.

Quando essas consequências prejudicam o exercício profissional, o segurado pode ter direito a um benefício por incapacidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Entretanto, a simples apresentação do diagnóstico não é suficiente. A Previdência Social avalia como a doença interfere na capacidade de trabalho, considerando os sintomas, as restrições funcionais e as exigências da profissão exercida.

COMO O INSS AVALIA A OSTEOPOROSE?

A análise previdenciária considera as consequências da doença na rotina profissional do segurado. Uma pessoa que trabalha em atividade administrativa, por exemplo, pode apresentar condições diferentes de alguém que precisa carregar peso, subir escadas ou permanecer várias horas em pé.

Entre os fatores que podem ser considerados estão:

- Intensidade e frequência das dores;
- Fraturas e possíveis sequelas;
- Dificuldade de locomoção e limitação dos movimentos;
- Restrições para carregar peso ou realizar esforços;
- Necessidade de tratamento contínuo;
- Possibilidade de recuperação;
- Compatibilidade entre as limitações e a atividade profissional.

Portanto, o mesmo diagnóstico pode gerar resultados diferentes, dependendo das condições clínicas e das atividades desempenhadas pelo trabalhador.

FRATURAS E DORES PODEM AJUDAR A COMPROVAR A INCAPACIDADE?

Sim. Quando a osteoporose provoca fraturas, especialmente na coluna ou em outras regiões que comprometem a mobilidade, as consequências podem reforçar a demonstração da incapacidade laboral.

É importante que os documentos médicos indiquem a região atingida, os tratamentos realizados, a existência de sequelas e as limitações decorrentes da lesão.

As dores também devem ser descritas de maneira objetiva. Informações sobre dificuldades para caminhar, permanecer sentado ou em pé, abaixar-se, levantar objetos e realizar movimentos repetitivos ajudam a demonstrar como a doença interfere no trabalho.

QUAIS DOCUMENTOS APRESENTAR AO INSS?

Para solicitar um benefício por incapacidade, o segurado deve reunir documentos que comprovem tanto o diagnóstico quanto suas repercussões funcionais.

Entre os principais estão:

- Relatório médico atualizado, com diagnóstico e descrição das limitações;
- Densitometria óssea;
- Radiografias, tomografias e ressonâncias;
- Prontuários e relatórios de especialistas;
- Receitas e comprovantes de medicamentos;
- Documentos de internações, cirurgias e tratamentos;
- Relatórios de fisioterapia, quando existentes.

O relatório médico merece atenção especial. Sempre que possível, deve apresentar o histórico da doença, os sintomas, as restrições físicas, os tratamentos realizados e o prognóstico.

Mais do que informar que o paciente possui osteoporose, o documento deve esclarecer quais atividades ele não consegue realizar ou precisa evitar em razão da condição de saúde.

OSTEOPOROSE PODE DAR DIREITO AO AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA?

Sim. O segurado pode receber o benefício por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, quando comprovar que está impossibilitado de exercer sua atividade habitual por período superior a 15 dias consecutivos, além de cumprir os requisitos previdenciários, como qualidade de segurado e carência, quando exigida.

No caso da osteoporose, é necessário demonstrar que os sintomas, as fraturas ou as limitações impedem temporariamente o exercício profissional.

E A OSTEOPOROSE PODE DAR DIREITO À APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE?

Também é possível, mas os requisitos são mais rigorosos.

A aposentadoria por incapacidade permanente, anteriormente chamada de aposentadoria por invalidez, é destinada ao segurado que apresenta incapacidade total e permanente para o trabalho e não possui possibilidade de reabilitação para outra atividade que garanta sua subsistência.

A previsão está no artigo 42 da Lei nº 8.213/1991.

Assim, não basta comprovar a existência da osteoporose. É necessário demonstrar que a doença, considerando também eventuais complicações e outras condições de saúde, impede o exercício de atividade profissional compatível com as condições do segurado.

A análise deve considerar a gravidade do quadro, as limitações funcionais e a possibilidade de recuperação ou reabilitação profissional.

O QUE FAZER SE O INSS NEGAR O BENEFÍCIO?

Se o pedido for negado, é importante identificar o motivo do indeferimento. A negativa pode estar relacionada à ausência de comprovação da incapacidade ou ao não cumprimento de requisitos previdenciários, como qualidade de segurado e carência.

Quando existem documentos médicos que demonstram as limitações e a incapacidade, mas essas informações não foram adequadamente consideradas, o segurado pode avaliar a possibilidade de apresentar recurso administrativo ou buscar o reconhecimento do direito pela via judicial.

AFINAL, QUEM TEM OSTEOPOROSE PODE SE APOSENTAR?

Sim, desde que a doença provoque incapacidade permanente para o trabalho e sejam cumpridos os demais requisitos legais. Nos casos de incapacidade temporária, também pode existir direito ao benefício correspondente.

O ponto principal é que o INSS não concede aposentadoria apenas pelo diagnóstico de osteoporose. A concessão depende da comprovação das consequências da doença na capacidade profissional.

Por isso, reunir exames, relatórios médicos e documentos que descrevam as limitações funcionais é fundamental para demonstrar a situação de saúde do segurado e permitir uma análise adequada do direito ao benefício.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

tribunaliberal.com.br

Tribuna Liberal

Tribuna Memória

DOMINGO, 01 DE NOVEMBRO DE 2026

jornaltribunaliberaldesumare

PÁGINA 10

Airton Ataíde Noveletto (2ª parte)

Genealogia da Família Noveletto

AUTOR DO TEXTO

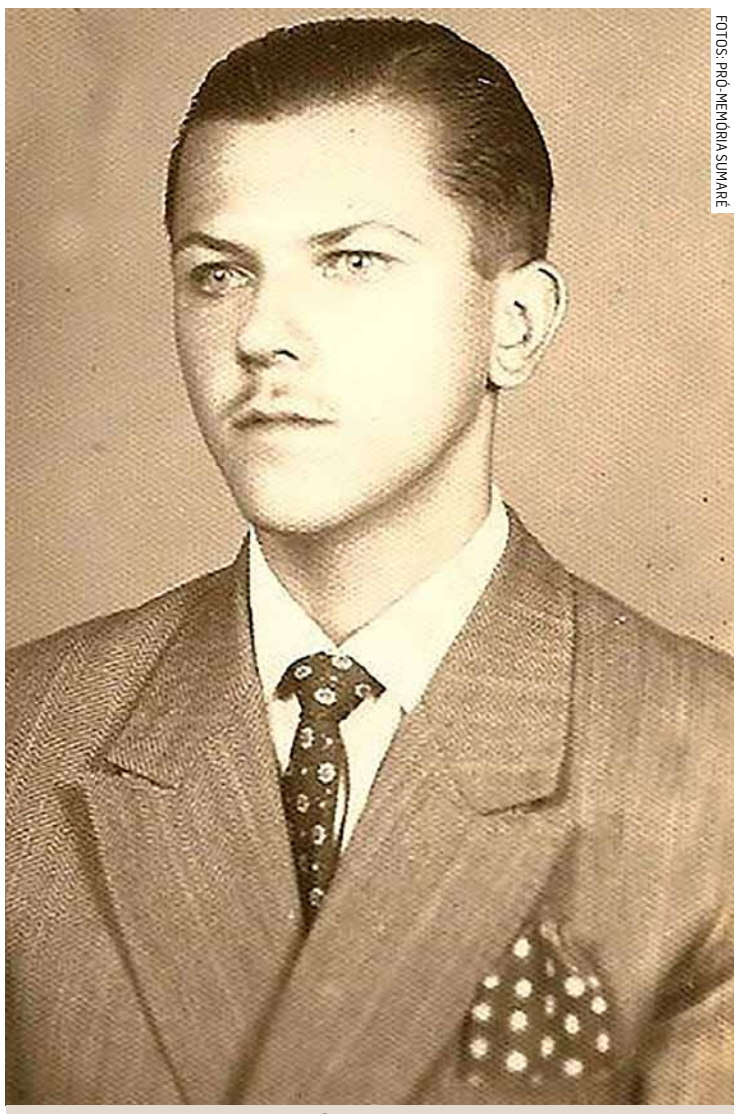


Júlio José Campigli

Cronista e
Diretor da Pró-Memória



Airton Ataíde Noveletto - I



FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

Natalino Noveletto



Ataíde Noveletto



Arthur Noveletto

Airton Ataíde Noveletto sempre curtiu as origens de sua família, que emigrou da Itália para o Brasil. A determinação de conseguir a cidadania italiana, levou-o em viagem para a terra de seus ancestrais, onde conseguiu informações valiosas. Sua família era originária da comuna de CANDIANA, cidadezinha do norte da Itália, com pouco mais de 2.000 habitantes, integrante da Província de Padova, na região do Veneto.

A família chegou ao Brasil, no Porto de Santos no dia 02 de dezembro de 1887, através do vapor Nova Port Canton. Daí seguiram para a Hospedaria dos Imigrantes, no Bairro do Brás, em São Paulo. Depois a família veio para Campinas, provavelmente no Distrito de Sousas, entre os anos de 1896 ou 1897.

O seu bisavô era Antônio Noveletto casado com Rosa Breda Noveletto, que tiveram 09 filhos, sendo 07 homens.

O seu avô foi Giovanni Maria Noveletto foi casado com Ângela Rinaldi Noveletto. Na Itália ele era viúvo. Dessa primeira esposa ele teve um filho de nome Ângelo, que também veio ao Brasil, com 13 anos de idade, mas ficou em São Paulo e atualmente a família não mais teve notícias dele.

De Campinas, a família veio para Sumaré - Airton não sabe a data correta. Ele possui uma escritura de 1904 onde alguns ancestrais compraram várias propriedades rurais, que iam da Estação Ferroviária até a chamada Ponte Funda.

Nesta escritura aparece o nome de Ângela Rinaldi que era sua avó, casada com Giovanni Maria Noveletto. Outros irmãos compraram outras propriedades.

A família morava na parte rural (sítios) na citada região da Ponte Funda (ao lado da rodovia Norma Marson Biondo, que liga Sumaré ao Bairro do Cruzeiro e Monte Mor). Seu pai Ataíde nasceu lá.

Seu avô Alberto construiu uma casa na Rua Dom Barreto e todos da sua pequena família passaram a morar nela. Isso aconteceu com quase todos os outros membros da família. Passaram a morar na cidade, mas continuaram a trabalhar nos Sítios.

Com essas informações preliminares temos a comentar que alguns descendentes dessa tradicional família tiveram um destaque incomum na comunidade. Citamos três deles.

ARTHUR NOVELETTO: casado com Amábile Breda. Morava em uma casa na Praça da República. Fundou uma empresa denominada ENGOMAGEM NOVELETTO. Ele construiu prédio próprio na Rua Antônio Pereira de Camargo onde funcionava a empresa. Nessa época Sumaré tinha quase uma centena de tecelagens e a engomagem era uma etapa do processo têxtil que até então tinha que ser completada em outras cidades.

NATALINO NOVELETTO: Filho de Arthur, foi o dono da Engomagem Noveletto Ltda., recebida do pai Arthur. Ocupou a presidência do Clube Recreativo Sumaré em dois mandatos. Saneou as finanças do Clube, adquiriu o Bar Paulista, ampliou o conjunto de piscinas e fez melhoramentos na antiga Chácara Ricatto (Conjunto Aliança).

ATAÍDE NOVELETTO: foi filho único de Alberto Breda, pois sua mãe teve problemas em seu parto, que foi difícil e foi aconselhada a não mais ter filhos. Começou a trabalhar aos 19 anos de idade. Inicialmente estudava em Campinas (Academia São Luís) onde cursou e concluiu o curso de Técnico de Contabilidade. Após, começou a trabalhar no Supermercado Gigo, depois foi trabalhar no COMIND (Banco do Commercio e Indústria de São Paulo S.A.) na rua 7 de Setembro, onde hoje é a Imobiliária Eldorado. Ficou lá até o Banco fechar. Depois foi trabalhar no DAE (Departamento de Águas e Esgotos de Sumaré) até sua aposentadoria. Foi um dos maiores jogadores de futebol de Sumaré, vestindo a camisa do Clube Recreativo Sumaré.

Good Bom
ACIAS Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Sumaré
Auto Posto Parque Ongaro
LAHUMAN Tecnologia em plásticos e fios técnicos
G22
veccon
Ótica Caron desde 1950 óculos • jóias • relógios
DSZ Imobiliária CRECI J 19470 Cordenonsi Assessoria Imobiliária Ltda (19)3828-7997/3883-2554 www.dszimobiliaria.com.br
G2 CNT Telefone (19)3873-4877 e-mail: g2@g2cnt.br
Filadélfia Assessoria Empresarial
AEAS Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sumaré desde 1982
DESDE 1977 Eldorado Imóveis 3803-1330 eldoradoimoveis.com.br
ALPE Sistemas de Segurança

FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

FUNDAÇÃO DO ROTARY CLUB SUMARÉ



Registro da solenidade que marcou a fundação oficial do Rotary Club de Sumaré. O evento aconteceu no Clube União Cultural XVI de Dezembro. Em primeiro plano vemos o primeiro presidente do Rotary: Octacílio dos Santos Araújo.

CONCURSO A MAIS BELA VOZ DA REGIÃO



Foto de um Concurso de Música Sertaneja, realizado na década de 1970 pela Prefeitura Municipal na Praça da República. Identificamos as seguintes pessoas nesse registro, da esquerda para a direita: Nelci Alves de Oliveira (menina sentada), José Prozillo (conhecido como Zébedeu, cantor de serestas), Percilda Alves de Oliveira (cantora), e Waldyr Alves de Oliveira (violão).

ORLANDO DA SILVA

Orlando da Silva, mostrado na foto, é filho do casal Turíbio Espiridião da Silva e Adelaide Menuzzo da Silva. Ele foi um grande jogador de futebol de Sumaré, vestindo a camiseta do Clube Recreativo Sumaré, desde as categorias de base (juvenil) até o time principal. Lando, como era conhecido, é irmão de dois outros grandes jogadores de Sumaré: Odécio Silva (com passagem nas categorias de base da A. A. Ponte Preta e times amadores de nossa cidade) e Walter da Silva (campeão carioca pelo América e campeão gaúcho pelo Grêmio de Porto Alegre).

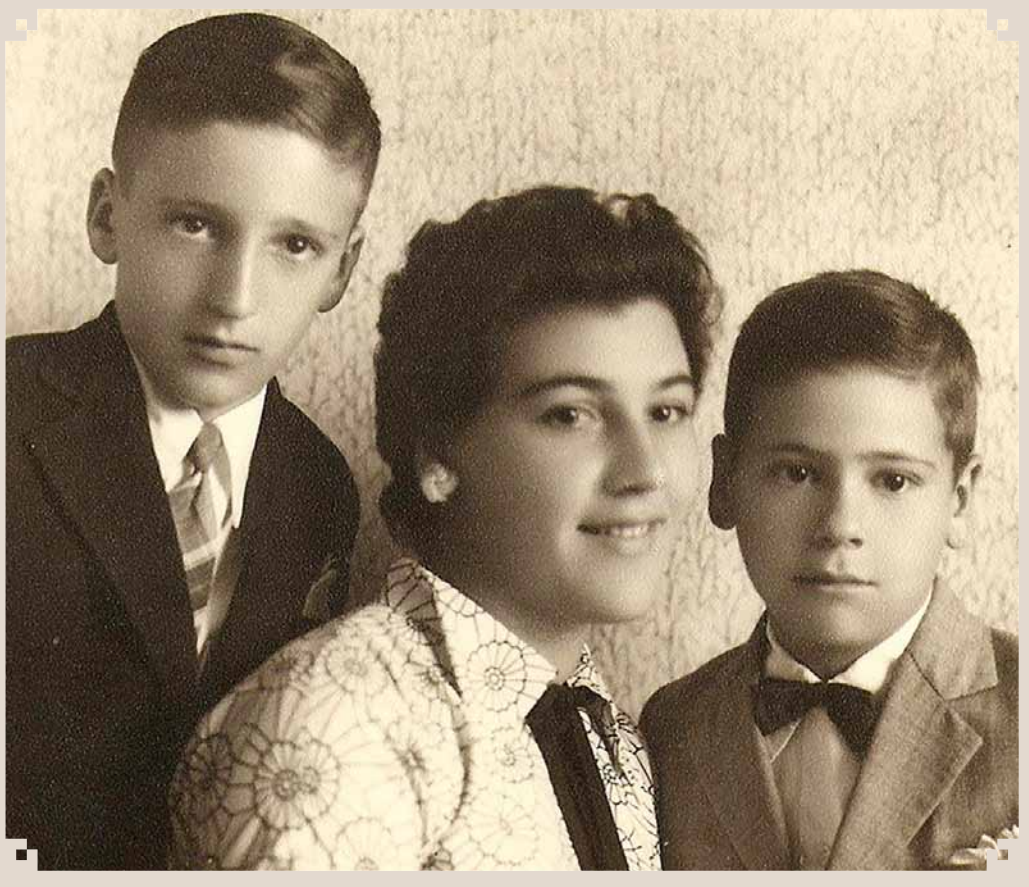


ESCOLA DOM JAYME (FORMATURA)



Fotografia de 1986, mostrando a aluna Cláudia Melo recebendo o diploma do curso colegial das mãos do professor Francisco Antônio de Toledo (Professor Chico).

FAMÍLIA DE LUIZ CIA



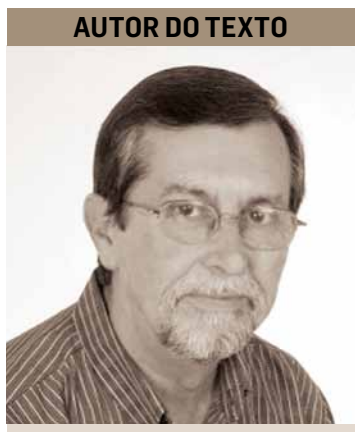
Três filhos de Luiz Cia e Isa Marchissolo Cia estão nesta fotografia dos anos 1950: Edivaldo Cia, Celina Cia e Geraldo Cia. Luiz foi vereador da Câmara Municipal de Sumaré na 1ª. Legislatura (1955 a 1958).

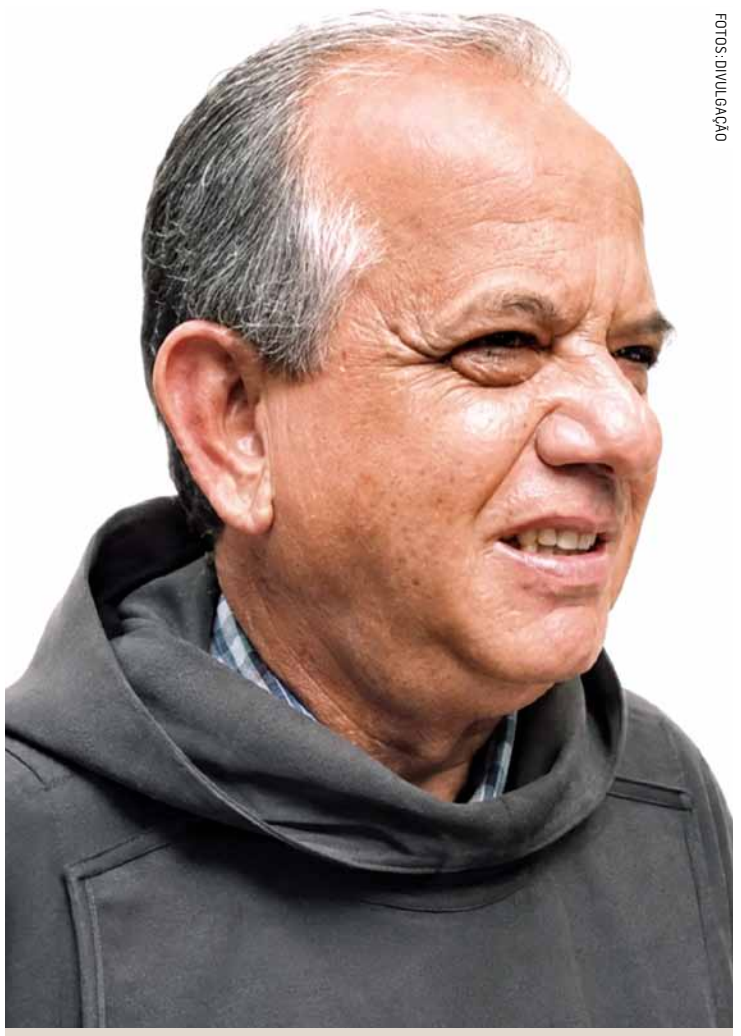
SOLENIDADE DA PREFEITURA



Registro provavelmente da década de 1970 de uma solenidade na Prefeitura Municipal, que reuniu algumas pessoas importantes da cidade. Vemos, da esquerda para a direita: Walter Carneiro Fontes (publicitário), Roberto Cordenonsi (comerciante), Assef Rachid Maluf (industrial), (...) e Francisco (gerente do Banco Itaú).

Padre Carlos Roberto da Silva

AUTOR DO TEXTO

Nelson de Luccas
Professor de História e Cronista


FOTOS: DIVULGAÇÃO
Padre Carlos Roberto da Silva

O padre Carlos Roberto da Silva nasceu em 30 de março de 1951, em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo, filho de Gabriel da Silva e Odete Maximiano da Silva. Desde jovem, trilhou o caminho da formação religiosa, preparando-se para aquela que seria sua grande missão: dedicar a vida ao sacerdócio, à Igreja e ao serviço ao próximo.

Entre 1965 e 1967, estudou no Seminário Menor Nossa Senhora de Fátima, dos Frades Franciscanos da Terceira Ordem Regular (TOR), em Mogi Mirim. Posteriormente, prosseguiu seus estudos em Pouso Alegre, Minas Gerais, onde cursou o Supletivo do Segundo Grau e Filosofia, entre 1978 e 1982. De 1983 a 1986, estudou Teologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), consolidando sua preparação para o ministério sacerdotal.

Foi ordenado diácono em 29 de agosto de 1986 e, em 29 de novembro do mesmo ano, recebeu a ordenação presbiteral na Paróquia São José, em Mogi Mirim, pelas mãos de Dom Gilberto Pereira Lopes. Iniciava-se, assim, uma trajetória marcada pela fé, pelo compromisso pastoral e pela dedicação às comunidades por onde passaria.

Em 11 de dezembro de 1986, padre Carlos foi nomeado vigário paroquial da Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio, em Monte Mor, para auxiliar o cônego Cyríaco Scaranello Pires, que se encontrava enfermo. Com o falecimento do cônego, assumiu a função de pároco em 15 de maio de 1990, permanecendo na cidade até janeiro de 1998. Foram anos importantes de convivência com os paroquianos e com a comunidade montemorense, período em que conquistou o carinho, o respeito e a admiração de muitas pessoas.

Padre Carlos não era apenas um sacerdote dedicado às obrigações religiosas. Sua presença na cidade ultrapassava os limites da igreja, pois demonstrava uma maneira especial de acolher as pessoas e de se relacionar com a comunidade. Sua simplicidade, sua dedicação e seu compromisso com a missão sacerdotal fizeram dele uma figura muito querida pelos montemorenses, deixando lembranças que permaneceram vivas mesmo após sua partida.

Sua trajetória pastoral prosseguiu em outras cidades da região. Em janeiro de 1998, foi nomeado pároco da Paróquia Santo Antônio de Pádua, em Pedreira, onde também assumiu a reitoria do Instituto Arquidiocesano de Formação Vocacional São José. Em janeiro de 1999, passou a exercer o ministério na Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus, em Sumaré, e, em outubro de 2000, assumiu a Paróquia Santa Margarida Maria Alacoque, em Campinas, onde permaneceu até o fim de sua vida.

Ao longo de sua caminhada, também desempenhou importantes responsabilidades na Arquidiocese de Campinas. Foi membro do Conselho de Presbíteros em diferentes períodos e, a partir de 1996, tornou-se responsável pela Pastoral dos Nômades, dedicada ao atendimento das comunidades circenses. Desde setembro de 2005, assumiu ainda o atendimento aos doentes do Hospital Vera Cruz, em Campinas. Essas atividades revelam a amplitude de sua atuação pastoral e sua disposição para servir pessoas de diferentes realidades, especialmente aquelas que necessitavam de atenção, acolhimento e conforto espiritual.

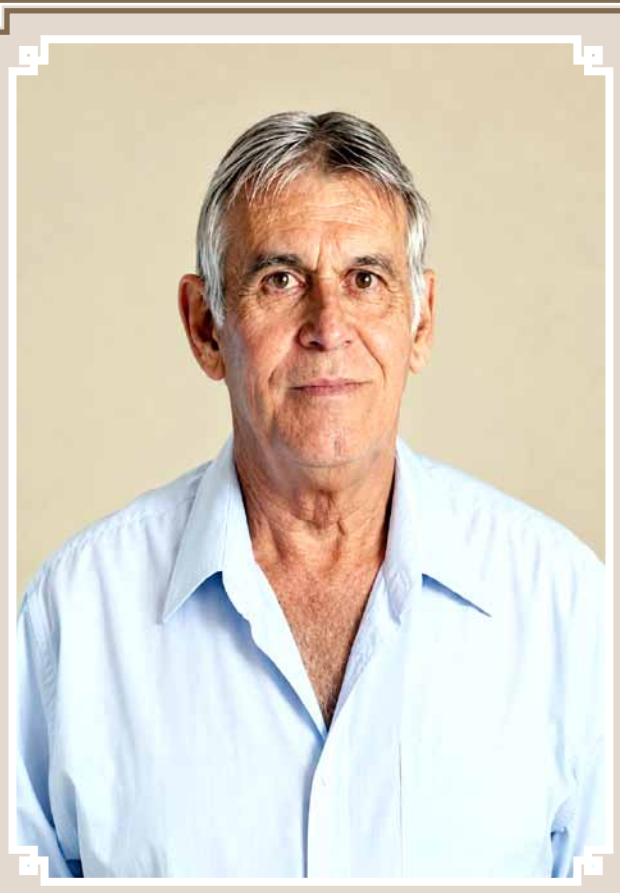
Entretanto, uma das características mais marcantes de padre Carlos, particularmente lembrada em Monte Mor, era seu profundo amor pelos animais. Devoto de São Francisco de Assis, santo reconhecido por sua ligação com a natureza e por seu respeito a todas as criaturas, fez dessa afinidade uma verdadeira missão pessoal. Dedicou boa parte de sua vida a acolher, abrigar e cuidar de numerosos animais em seu pequeno sítio, onde encontrou espaço para expressar, de maneira concreta, sua sensibilidade e sua generosidade.

Na propriedade em que viveu durante boa parte de sua vida, construiu uma bela capela, local onde celebrava missas e mantinha seus animais. Aquele espaço reunia duas dimensões fundamentais de sua existência: a espiritualidade e o cuidado com a vida. A capela representava sua devoção e seu compromisso com a fé, enquanto o acolhimento dos animais traduzia, em atitudes cotidianas, o amor e a compaixão que procurava cultivar. Para ele, cuidar daqueles seres era também uma forma de expressar os valores cristãos que orientavam sua caminhada.

Sua dedicação aos animais merece especial reconhecimento, pois demonstra que a caridade pode se manifestar de muitas maneiras. Em sua vida, o cuidado não se limitava às palavras ou aos ensinamentos religiosos: transformava-se em trabalho diário, responsabilidade e entrega. Ao oferecer abrigo e proteção a tantos animais, padre Carlos deixou um exemplo de respeito à vida e de sensibilidade diante daqueles que não podem expressar suas necessidades por meio das palavras.

Padre Carlos faleceu em Campinas no dia 11 de dezembro de 2016 e foi sepultado em sua propriedade particular, em Monte Mor, cidade à qual esteve profundamente ligado e onde deixou muitas saudades. Que sua memória continue inspirando aqueles que acreditam na força do amor ao próximo e no respeito a todas as criaturas.

SEBASTIÃO CEZAR DUARTE DE MEDEIROS



Sebastião nasceu em Monte Mor, no dia 17 de janeiro de 1951. Casou-se com Célia Helena de Medeiros, com quem teve o filho Cezar. Foi um homem de conduta ilibada, cordial e amigo, sempre dedicado à família e à fé. Católico atuante, participava ativamente das atividades religiosas da Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio, em Monte Mor, demonstrando seu compromisso com a comunidade e a vida cristã. Faleceu em Monte Mor, no dia 15 de setembro de 2025, e foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor, deixando lembranças de sua bondade, de sua fé e de sua dedicação à família.

SEBASTIÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA



Sebastião Baptista de Oliveira nasceu em Limeira, SP, no dia 28 de julho de 1895. Era filho de Joaquim Baptista de Oliveira e de Virgínia Matiello. Casou-se com Antônia Sonego em 10 de fevereiro de 1917, constituindo uma família que cresceu com a chegada de dez filhos, sendo quatro homens e seis mulheres. Viveu por algum tempo em Monte Mor, onde construiu parte de sua história e deixou os frutos de sua trajetória familiar. Faleceu em 15 de abril de 1963, aos 67 anos, e encontra-se sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor. Sua memória permanece ligada à história de sua família e à comunidade onde viveu, como parte das gerações que contribuíram para formar a história e as tradições locais.

PASSEIO NA PRAIA

Este registro, de 1940, mostra quatro amigos montemorenses durante um passeio à cidade de Santos, no litoral paulista. Naquela época, uma viagem de Monte Mor até o litoral representava uma verdadeira aventura, pois os deslocamentos eram demorados e difíceis. A viagem exigia planejamento, tempo e recursos, razão pela qual passeios como esse não eram comuns para a maioria da população. Visitar Santos significava conhecer o mar, caminhar pela praia e desfrutar de momentos de lazer diferentes daqueles da pacata vida do interior. Para muitos, era uma experiência especial, que ficava guardada na memória por muitos anos. Na fotografia, aparecem, da esquerda para a direita: Antônio Rossi, Zózimo Ferreira Lobo, conhecido como Teco Lobo, Ricardo Hass e Frederico Hass.
Acervo: Adhemar Alves.



VESPASIANO FERREIRA LOBO

Vespasiano Ferreira Lobo nasceu em Monte Mor, em 1895, e era filho de Theóphilo Ferreira Lobo e Maria de Almeida Penteado. Foi casado com Anna do Nascimento Lobo, com quem constituiu família e viveu sempre em Monte Mor. A família Lobo é numerosa e tradicional no município, sendo proprietária de uma fazenda conhecida especialmente pela preservação de uma importante área de mata nativa, que ficou conhecida como Mata dos Lobos. Vespasiano trabalhava na propriedade ao lado dos irmãos, dedicando-se às atividades da fazenda e à vida familiar. Homem sério, íntegro e de conduta exemplar, era reconhecido por seu senso de responsabilidade e dedicação ao trabalho. Como esposo e pai, destacou-se pelo carinho e pelo compromisso com a família, deixando sua marca na história de uma das famílias tradicionais de Monte Mor.

